

# Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
referentes ao exercício findo  
em 31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>

## **Relatório da Administração**

Uberlândia, 24 de fevereiro de 2022

Senhores Acionistas,

O Martins submete aos senhores o relatório da administração e as demonstrações financeiras, com o parecer dos auditores independentes, referente aos exercícios sociais de 2021 e 2020.

O ano de 2021 foi uma extensão do ano de 2020, ainda dominado pela pandemia, no entanto com algumas significativas alterações:

- (1) interrupção e posterior retomada do auxílio emergencial em valor menor e por tempo limitado;
- (2) inflação crescente;
- (3) a reabertura gradual dos negócios não essenciais; tendo em vista o
- (4) avanço no processo de vacinação.

A resposta do Martins à essa realidade envolveu a continuidade da execução de seu planejamento estratégico “Martins 2025” - cujas quatro colunas compreendem: Foco no Cliente, Resgate da Essência, Alavancar o SIM (Fidelização ao Sistema Martins, que compreende além do Martins, o Tribanco e empresas financeiras); e Digitalização – e a exploração das avenidas de crescimento eleitas:

- a) o canal ecommerce/marketplace, incluindo aí sua integração com o canal presencial;
- b) na vertical de material de construção e agro veterinário.

Isso, aliado à inflação no preço das mercadorias, permitiu com o que crescêssemos a receita líquida e mantivéssemos a margem bruta.

As despesas operacionais cresceram substancialmente, em razão da inflação sobre combustíveis, consumíveis de caminhões, fretes, alugueis e benefícios concedidos a clientes, além, claro, do aumento dos gastos na nossa transformação digital.

A despeito do crescimento das despesas operacionais, em um nível superior às receitas, haver reduzido o lucro operacional, conseguimos mantê-lo em um novo patamar, superior aos anos pré-pandemia, de 2019 e anteriores.

Nossa jornada, iniciada em 2019, tem por destino transformar o Martins de uma empresa que distribui mercadorias com uso intenso de tecnologia, em uma empresa de tecnologia e inteligência que distribui mercadorias, sem, no entanto, perder sua característica relacional.

Ao mirarmos o ano de 2022, divisamos um cenário desafiador. Domesticamente, a inflação seguirá pressionando a renda. A China cresce menos, priorizando a erradicação da pandemia em detrimento do crescimento econômico e, conseqüentemente, pressionando as cadeias de suprimento; a Europa teve sua incipiente recuperação econômica abortada por nova onda de contaminação; e os EUA numa recuperação reticente, no entanto, segue, uma âncora.

Esse possível cenário – baixo crescimento combinado à inflação, volatilidade nos mercados e, no nosso caso específico, aliado a uma eleição presidencial – nos leva a adotar uma postura cautelosa quanto a 2022, que não significa, no entanto, renunciar ao crescimento e ao investimento no futuro. Estaremos, sim, atentos, estabelecendo aferições periódicas que validam nosso caminho escolhido. Ou seja, ao longo do ano seguir ajustando-se a realidade e faseando investimentos maiores, ou liberando-os após o atingimento de algumas métricas.

Nosso cauteloso otimismo se baseia no desempenho de 2021 em que a receita bruta consolidada atingiu R\$ 7.222 milhões (2020 – R\$ 6.537 milhões), um crescimento de 10,5%, enquanto a receita líquida foi de R\$ 5.977 milhões (2020 – R\$ 5.452 milhões), um crescimento de 9,6%.

Nossa área de crédito, manteve as perdas em patamares mínimos de 0,1% da receita líquida (2020 – 0,1%).

O lucro bruto, de R\$ 1.366 milhões (2020 – R\$ 1.249 milhões), cresceu 9,4%.

As despesas comerciais, de distribuição, gerais e administrativas, totalizaram R\$ 1.281 milhões (2020: R\$ 1.044 milhões), crescendo 20,7% sobre o ano de 2020. Outras Receitas Operacionais, líquidas atingiram R\$ 301 milhões (2020 – 57 milhões), produto do reconhecimento de eventos não recorrentes, envolvendo tributos federais.

O lucro do líquido do ano totalizou R\$ 565 milhões (2020 – R\$ 233 milhões), um crescimento de 142,5%. Excluindo-se, os eventos não recorrentes, envolvendo tributos federais, o lucro líquido seria R\$ 179 milhões (2020 – R\$ 233 milhões).

Os investimentos, no ano, totalizaram R\$ 64 milhões (2020 – R\$ 44 milhões), aplicados, principalmente em tecnologia da informação, em obras e reformas e na aquisição de caminhões.

O valor proposto a título de dividendos sobre o lucro líquido após a constituição da reserva legal e subvenção para investimentos, incluindo os juros sobre capital próprio, foi de R\$ 99 milhões (2020 – R\$ 58 milhões) em linha com o disposto em nosso estatuto social que prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido anual ajustado pela constituição de reservas, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio.

O nosso Balanço Patrimonial segue sólido com um nível de liquidez suficiente para suportar nossos negócios. Com vistas a reforçar nossa liquidez, fizemos a nossa segunda emissão de Debêntures no valor de R\$ 200 milhões.

O Patrimônio Líquido cresceu 66,4% perfazendo um total de R\$ 1.040 milhões (2020: R\$ 625

milhões) enquanto o retorno sobre o Patrimônio Líquido atingiu 54,3% (2020: 37,4%).

Na frente operacional, chegamos a 248 mil clientes distintos atendidos no ano (230 mil em 2020), mais de 356 mil entregas/mês (330 mil entregas/mês em 2020) em mais de 5.000 municípios.

A participação de vendas digitais (martins.com.br) nas vendas totais alcançou 59% (40% em 2020), produto de uma estratégia de conjugação do *on* e *off line*. A participação de vendas das pessoas físicas (efacil.com.br) nas vendas totais, atingiu 9% (8% em 2020). Nosso *marketplace*, terminou com 279 sellers (2020 -123 *sellers*) e *GMV* de R\$ 108 milhões (2020 – R\$ 27 milhões).

Seguimos crescendo nossa Força de Vendas Presencial, aumentando o número de representantes comerciais ativos para 4.233 (3.948 em 2020).

A nossa rede fidelizada Smart terminou o ano com 633 lojas (602 em 2020) do formato Supermercados e 20 lojas (0 em 2020) do nosso novo formato, Campo & Construção.

Ao final do ano contávamos com 4.336 colaboradores ativos (4.291 em 2020).

Nosso reconhecimento e agradecimento aos responsáveis pelo desempenho do Martins: nossos clientes, fornecedores e colaboradores. Os nossos clientes por nos estimularem a, incessantemente, buscar melhor lhes entender com vistas a melhor servi-los. Os nossos fornecedores por nos desafiarem a sermos cada vez mais eficazes na distribuição de seus produtos. E, nossos colaboradores pelo seu engajamento e comprometimento.

Finalmente, gostaríamos de agradecer aos nossos acionistas e conselheiros cujo apoio, direção e incentivo foram fundamentais nesse outro desafiante ano. Adicionalmente, reforçamos aqui nosso compromisso incondicional e inabalável com a causa MARTINS.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. dos Municípios, 146, SI-03  
1º andar - Tabajaras  
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil  
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil  
Telefone +55 (34) 3303-5400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da  
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A  
Uberlândia – Minas Gerais

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não



mais se manterem em continuidade operacional.

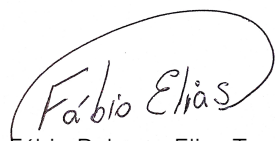
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC MG-008266/F-9



Fábio Roberto Elias Tymburibá

Contador CRC 1SP214859/O-2

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	144.766	242.293	203.955	284.012	Fornecedores	14	912.032	982.277	900.301	972.105
Contas a receber	6	577.784	556.049	581.505	559.845	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	73.182	67.707	81.958	74.721
Estoques	7	1.003.723	838.969	1.004.384	839.325	Salários, encargos e benefícios sociais	17	50.284	64.840	57.118	70.922
Impostos a recuperar	8	247.909	116.666	249.962	119.629	Imposto de renda e contribuição social	18.b	79.242	-	81.320	1.716
Dividendos a receber	9.b	10.569	9.577	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	35.839	30.831	39.429	33.674
Crédito com fornecedores		43.592	33.522	43.592	33.522	Arrendamento Mercantil	11.b	31.351	30.526	33.487	31.915
Outros ativos		8.569	9.456	10.110	11.646	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.b e 20.c	89.829	63.195	101.964	80.751
						Outros passivos		65.526	57.249	70.487	63.899
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.036.912</b>	<b>1.806.532</b>	<b>2.093.508</b>	<b>1.847.979</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.337.285</b>	<b>1.296.625</b>	<b>1.366.064</b>	<b>1.329.703</b>
<b>Não circulante</b>											
<b>Realizável a longo prazo:</b>											
Depósitos judiciais	19.d	23.747	11.922	25.117	12.544	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	272.212	139.864	293.754	164.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	84.415	53.525	84.415	53.525	Arrendamento Mercantil	11.b	130.724	110.204	133.755	111.922
Impostos a recuperar	8	392.601	89.988	392.601	89.988	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	32.169	14.419	32.169	14.419
Outros ativos		1.957	1.837	2.087	1.935	Provisões para contingências	19	42.327	34.903	44.797	37.853
						Outros passivos		11.445	-	11.444	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>502.720</b>	<b>157.272</b>	<b>504.220</b>	<b>157.992</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>488.877</b>	<b>299.390</b>	<b>515.919</b>	<b>328.445</b>
<b>Patrimônio líquido</b>											
Investimentos	10	68.570	47.392	53	54	Capital social	20	405.135	124.738	405.140	124.744
Direito de uso de arrendamento	11.a	156.727	136.417	161.615	139.389	Reservas de lucros		634.556	499.826	634.558	499.831
Imobilizado	12	61.087	53.833	122.447	118.177	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.039.691	624.564	1.039.691	624.564
Intangível	13	39.837	19.133	39.838	19.132	Participação de não controladores		-	-	7	11
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>828.941</b>	<b>414.047</b>	<b>828.173</b>	<b>434.744</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.039.691</b>	<b>624.564</b>	<b>1.039.698</b>	<b>624.575</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.865.853</b>	<b>2.220.579</b>	<b>2.921.681</b>	<b>2.282.723</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.865.853</b>	<b>2.220.579</b>	<b>2.921.681</b>	<b>2.282.723</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

## Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
<b>Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços</b>	23	5.946.458	5.425.631	5.976.611	5.452.038
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	24	<u>(4.607.054)</u>	<u>(4.200.919)</u>	<u>(4.610.474)</u>	<u>(4.202.726)</u>
<b>Lucro bruto</b>		1.339.404	1.224.712	1.366.137	1.249.312
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Comerciais e de distribuição	24	(1.136.212)	(908.345)	(1.074.645)	(861.953)
Gerais e administrativas	24	(144.460)	(146.739)	(190.728)	(182.406)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	291.826	50.090	300.875	56.854
Equivalência patrimonial	10	<u>38.806</u>	<u>29.979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		389.364	249.697	401.639	261.807
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras		25.669	23.355	27.549	24.022
Despesas financeiras		(25.658)	(22.343)	(28.334)	(24.700)
Variações monetárias e cambiais		<u>216.806</u>	<u>6.264</u>	<u>216.668</u>	<u>6.110</u>
	26	<u>216.817</u>	<u>7.276</u>	<u>215.883</u>	<u>5.432</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>606.181</u>	<u>256.973</u>	<u>617.522</u>	<u>267.239</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes		6.964	(30.659)	(4.367)	(40.918)
Diferidos		<u>(48.352)</u>	<u>7.068</u>	<u>(48.352)</u>	<u>7.068</u>
	18.c	<u>(41.388)</u>	<u>(23.591)</u>	<u>(52.719)</u>	<u>(33.850)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>564.793</u>	<u>233.382</u>	<u>564.803</u>	<u>233.389</u>
<b>Lucro líquido atribuível a:</b>					
Acionistas controladores				564.793	233.382
Acionistas não controladores				<u>10</u>	<u>7</u>
				<u>564.803</u>	<u>233.389</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	564.793	233.382	564.803	233.389
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>564.793</u>	<u>233.382</u>	<u>564.803</u>	<u>233.389</u>
<b>Resultado atribuível a:</b>				
Acionistas controladores			564.793	233.382
Acionistas não controladores			<u>10</u>	<u>7</u>
			<u>564.803</u>	<u>233.389</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas da controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
		Capital social	Legal	Retenção	Reservas de Incentivos fiscais				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>227.172</u>	<u>135.198</u>	-	<u>512.055</u>	<u>15</u>	<u>512.070</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	233.382	233.382	7	233.389
Subvenções para investimento	20.c	-	-	-	145.199	(145.199)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.d	-	-	(98.373)	-	(22.500)	(120.873)	-	(120.873)
Aquisição de participação não controladora	20.e	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Transferência para reserva de lucros		-	-	65.683	-	(65.683)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>194.482</u>	<u>280.397</u>	-	<u>624.564</u>	<u>11</u>	<u>624.575</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	564.793	564.793	10	564.803
Aumento de capital	20.a	280.397	-	-	(280.397)	-	-	-	-
Subvenções para investimento	20.c	-	-	-	142.018	(142.018)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.d	-	-	(51.033)	-	(98.633)	(149.666)	-	(149.666)
Aquisição de participação não controladora	20.e	-	-	-	-	-	-	(14)	(14)
Transferência para Constituição de Reservas	20.b	-	28.240	295.902	-	(324.142)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>405.135</u>	<u>53.187</u>	<u>439.351</u>	<u>142.018</u>	-	<u>1.039.691</u>	<u>7</u>	<u>1.039.698</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		606.181	256.973	617.522	267.239
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>					
Perda na alienação de ativo imobilizado		10.623	573	12.603	6.903
Depreciação, amortização e depreciação arrendamento mercantil	11, 12 e 13	56.612	48.395	70.536	63.416
Receita com vendas de ativos imobilizados		(15.499)	(745)	(26.146)	(13.247)
Juros e variações monetárias líquidos		(212.841)	7.109	(210.073)	9.306
Encargos financeiros e amortização de custos debêntures	15	12.560	6.293	12.560	6.293
Resultado de equivalência patrimonial	10	(38.806)	(29.979)	-	-
Dividendos desproporcionais de controladas a não controladores e perda na participação de investimento por alteração de participação societária	9	10.809	17.854	10.809	17.854
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	2.549	2.827	3.230	3.015
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	6	5.243	2.028	5.243	1.442
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	7 e 8	12.114	(1.079)	12.114	(1.079)
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado		(2.135)	30.842	(1.648)	31.780
Perdas líquidas no valor recuperável do imobilizado e do intangível -	12.b e 13	81	-	81	-
		447.491	341.091	506.831	392.922
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber		(26.907)	(114.647)	(26.833)	(111.317)
Estoques		(167.689)	(157.888)	(167.994)	(157.625)
Impostos a recuperar		(250.266)	(29.685)	(249.585)	(28.821)
Crédito com fornecedores		(10.069)	(11.280)	(10.069)	(11.254)
Redução em outros ativos		504	(814)	507	3.459
Depósitos judiciais		(11.825)	(3.621)	(12.573)	(3.444)
Adiantamentos com partes relacionadas		-	2.680	-	-
Fornecedores		(69.952)	177.443	(71.829)	175.021
Salários, encargos e benefícios sociais		8.818	7.422	10.935	8.325
Participação nos lucros e resultados		(20.080)	(14)	(21.888)	(48)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		77.377	51.337	78.125	55.150
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(8.655)	(7.770)	(10.063)	(8.457)
Outros passivos		19.724	20.937	18.361	17.690
Caixa gerado pelas operações		(11.529)	275.191	43.925	331.601
Juros pagos	11 e 15	(10.587)	(15.753)	(13.276)	(17.417)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.269)	(39.317)	(26.306)	(49.539)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades		(37.385)	220.121	4.343	264.645
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Incorporação de controladas		664	-	(3)	-
Integralização de capital em controladas	10	(6.000)	(200)	-	-
Recebimento de dividendos	9	10.893	8.056	-	-
Recebimento pela venda de imobilizados		15.809	755	27.025	9.828
Aquisição de bens dos ativos imobilizado e intangível	12 e 13	(60.447)	(37.883)	(63.558)	(44.076)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de		(39.081)	(29.272)	(36.536)	(34.248)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captações de empréstimos	15	-	115.000	-	115.000
Debêntures	15	200.000	-	200.000	-
Custo emissão debentures	15	(1.265)	-	(1.265)	-
Amortização de financiamentos e debentures	15	(66.979)	(115.266)	(74.900)	(122.904)
Pagamento de principal arrendamento mercantil IFRS 16	11	(33.589)	(31.099)	(36.231)	(34.331)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	9 e 20	(119.228)	(57.703)	(135.468)	(63.013)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de		(21.061)	(89.068)	(47.864)	(105.248)
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(97.527)</b>	<b>101.781</b>	<b>(80.057)</b>	<b>125.149</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		144.766	242.293	203.955	284.012
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		242.293	140.512	284.012	158.863
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(97.527)</b>	<b>101.781</b>	<b>(80.057)</b>	<b>125.149</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de mercadorias e serviços prestados	23	7.090.965	6.429.349	7.124.824	6.458.908
Outras (despesas) receitas		5.275	172	14.067	6.475
Constituição de provisão para perdas estimadas para redução ao valor recuperável	6	(5.243)	(2.028)	(5.243)	(1.442)
		<u>7.090.997</u>	<u>6.427.493</u>	<u>7.133.648</u>	<u>6.463.941</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(5.529.044)	(4.983.339)	(5.538.704)	(4.987.653)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(866.912)	(692.056)	(727.792)	(576.602)
Provisão para perda na realização de ativos		<u>(3.023)</u>	<u>2.176</u>	<u>(3.023)</u>	<u>3.880</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>692.018</b>	<b>754.274</b>	<b>864.129</b>	<b>903.566</b>
<b>Retenção</b>					
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(56.612)	(48.395)	(70.536)	(63.416)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela sociedade</b>		<b>635.406</b>	<b>705.879</b>	<b>793.593</b>	<b>840.150</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	10	38.806	29.979	-	-
Perda decorrente da variação do percentual de participação		(10.809)	(17.854)	(10.809)	(17.854)
Receitas financeiras	26	256.326	34.038	258.318	34.812
Aluguéis		-	-	-	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b><u>919.729</u></b>	<b><u>752.042</u></b>	<b><u>1.041.102</u></b>	<b><u>857.108</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal e encargos:					
Salários e encargos		214.690	230.981	266.196	280.003
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	9.c	9.081	7.242	9.081	7.242
Participação dos empregados nos lucros		17.945	-	20.240	-
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(110.895)	78.744	(82.044)	115.370
Estaduais		165.243	163.022	197.989	176.654
Municipais		2.124	2.117	4.025	4.044
Financiadores:					
Aluguéis		17.239	9.792	18.378	11.027
Juros e variações cambiais	26	39.509	26.762	42.434	29.380
Juros sobre o capital próprio e dividendos	20	98.633	22.500	110.768	23.438
Lucros retidos		<u>466.160</u>	<u>210.882</u>	<u>454.035</u>	<u>209.950</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b><u>919.729</u></b>	<b><u>752.042</u></b>	<b><u>1.041.102</u></b>	<b><u>857.108</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

### 1 Contexto operacional

A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga, descarga, paletização, armazenagem, concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista.

#### a. Relação de Sociedades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 4 (a).

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Sociedade:

	<u>Participação - %</u>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Martins Integração Logística Ltda. (“MIL”)	99,96	99,95
Martins URN-MG Distribuição Ltda. (“SLIM-MG”)	99,99	99,99
Martins URN-GO Distribuição Ltda. (“SLIM-GO”)	99,99	99,99
Martins SP Distribuição Ltda. (“SLIM-SP”)	99,97	99,99
Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. (“SLIM-NE”)	99,98	99,99
Martins Veículos Uberlândia Ltda. (“Martins Veículos”) (i)	-	99,99
MD Distribuição e Serviços Ltda. (“MD”)	99,99	99,99
Martins Caminhões Ltda. (ii)	-	94,23
CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição LTDA. (i)	-	99,95
Rede Smart Nacional Serviços de Varejo Ltda.	99,99	99,99

(i) Em 20 de outubro de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, foi aprovada a incorporação da controladas Martins Veículos Uberlândia Ltda (“Martins Veículos”) e CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição LTDA. (“CDM PE”) pela Sociedade, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária da Sociedade, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira das mesmas. Como resultado desta incorporação, a Martins Veículos e a CDM PE foram extintas de pleno direito e a Sociedade tornou-se sua sucessora.

(ii) Empresa incorporada pela acionista Martins Participações Ltda em 25 de outubro de 2021

### 2 Base de preparação

#### b. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive instrução CVM nº 476 que dispõe sobre as ofertas públicas de



valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**c. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Sociedade atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamento**

Na aplicação das práticas contábeis pela Sociedade e suas controladas, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4(a)** - Consolidação - Determinação se a Sociedade detém de fato controle sobre uma investida.
- **Nota explicativa 4(l)** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Sociedade tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa 4(m)** - classificação de arrendamento mercantil.

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - Contas a receber - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- **Nota explicativa 7** - Estoques - Reconhecimento e mensuração de perdas na realização dos estoques;
- **Nota explicativa 8** - Impostos a recuperar - Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS;
- **Nota Explicativa 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 19** - Provisões - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria, quando houver.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas na Nota explicativa 21 - instrumentos financeiros.

**e. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

### **3 Novas normas, alterações e interpretações de normas**

**a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

**4 Principais práticas contábeis**

A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil (Veja nota explicativa 3).

**a. Bases de consolidação**

***Definição de controladas para fins de consolidação***

Controladas são todas as Sociedades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

***Crítérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas***

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.

**b. Receita de contrato com o cliente**

As informações sobre as políticas contábeis da Sociedade relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 23.

**c. Transação em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa

cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado a título de variação cambial.

**d. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL**

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

**e. Estoques**

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

**f. Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Edificações - 26 anos
- Benfeitorias em propriedades de terceiros - 3 a 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 2 a 12 anos
- Equipamentos de informática - 2 a 7 anos
- Veículos de apoio e transporte- 3 a 10 anos

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que não se enquadram na definição de ativo qualificável, conforme descrito no item 5 do pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

## **g. Intangível**

Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração.

### **g.1 *Programas de computador (softwares)***

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 13, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

### **g.2 *Outros ativos intangíveis***

Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº13.

## **h. Instrumentos financeiros**

### **h.1 *Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

## ***h.2 Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional

razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **h.3 Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.



A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***h.4 Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ***i. Redução ao valor recuperável (Impairment)***

##### ***i.1 Ativos financeiros não-derivativos***

#### **Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

#### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

#### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

### ***i.2 Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não as propriedades para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar

se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

**j. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

**k. Contas a receber**

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável, conforme política descrita na nota explicativa 4.i.1.

A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 9,15% a.a. em dezembro de 2021, base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "Contas a receber" (nota 6) e sua contrapartida na rubrica "Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços" (nota 23) pela fruição do prazo.

As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes.

**l. Investimentos em controladas**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a

Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“*impairment*”) do ativo transferido.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

**m. Arrendamento mercantil**

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Sociedade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

**Como arrendatário**

A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos operacionais das instalações dos armazéns e veículos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, deduzido dos créditos tributários do Pis e Cofins, recuperados sobre os pagamentos mensais dos arrendamentos e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Sociedade não possui componente do custo com valores de pagamentos de arrendamento variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se

exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Sociedade possui contratos relevantes junto à Controlada Martins Participações Ltda (parte relacionada), com prazos de vencimentos anuais e que podem ser renovados anualmente.. Considerando que tanto a Sociedade quanto a parte relacionada não têm intenção de cancelar o contrato no curto prazo, a Administração, com base no planejamento estratégico que abrange um período de 5 (cinco) anos, estimou um prazo de vigência destes contratos por igual período, para efeito de cálculo do valor presente e depreciação do direito de uso.

#### **Arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Sociedade não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Sociedade e suas Controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **Como arrendador**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não possuía ativos arrendados.

#### **n. Provisões**

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

#### **o. Empréstimos e financiamentos**

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

#### **p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações.

Utilizou-se a taxa média de 9,15% a.a. em dezembro de 2021, base das captações para as respectivas datas-bases. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" (nota 14), "Estoques" (nota 7) e "Custo das mercadorias vendidas" (nota 24), pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

**q. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

**r. Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	723	1.551	1.711	2.207
Aplicações financeiras (*)	144.043	240.742	202.244	281.805
<b>Total</b>	144.766	242.293	203.955	284.012

(\*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB's junto a bancos parceiros de primeira linha, inclusive com o Banco Triângulo (parte relacionada) remunerados às taxas que variam entre 102% a 108% (100% a 108% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e Operações Compromissadas com liquidez diária e isentas de IOF junto a bancos de primeira linha remuneradas à taxa de 92,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (70% a 88% em 31 de dezembro de 2020). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

**6 Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021

Contas a receber de clientes	584.888	557.998	589.200	562.703
Partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	1.424	1.336	888	482
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (b)	(8.528)	(3.285)	(8.583)	(3.340)
<b>Total</b>	<u>577.784</u>	<u>556.049</u>	<u>581.505</u>	<u>559.845</u>

**a. Os saldos a receber por idade de vencimento, dos títulos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos conforme segue:**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	553.877	543.471	557.653	547.322
<b>Vencidos:</b>				
Até 30 dias	21.337	12.889	21.337	12.889
Até 60 dias	2.437	842	2.437	842
Até 90 dias	2.150	627	2.150	627
Até 180 dias	3.812	1.077	3.812	1.077
Acima de 180 dias	2.699	428	2.699	428
<b>Total</b>	<u>586.312</u>	<u>559.334</u>	<u>590.088</u>	<u>563.185</u>

**b. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber**

A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber’, está divulgada na nota explicativa 21.

***Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por risco de crédito:***

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	2021	2020		2021	2020			
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada
Altíssimo	7,10%	47.777	(3.392)	(1.181)	7,10%	47.777	(3.392)	(1.181)
Alto	4,70%	21.267	(1.000)	(268)	4,70%	21.267	(1.000)	(268)
Médio	3,85%	38.851	(1.495)	(305)	3,85%	38.851	(1.495)	(305)
Baixo	0,57%	124.979	(713)	(558)	0,57%	124.979	(713)	(558)
Baixíssimo	0,30%	130.326	(393)	(648)	0,30%	130.326	(393)	(648)
Sem classificação	1,04%	4.046	(42)	(45)	1,04%	4.046	(42)	(45)
Clientes de serviços	15,40%	1.987	(306)	(280)	6,26%	5.763	(361)	(335)
Clientes Marketplace	1,66%	71.327	(1.187)	-	1,66%	71.327	(1.187)	-
Seguro de crédito (i)	0,00%	96.942	-	-	0,00%	96.942	-	-
Cartão de crédito (ii)	0,00%	48.810	-	-	0,00%	48.810	-	-
<b>Total</b>		<u>586.312</u>	<u>(8.528)</u>	<u>(3.285)</u>		<u>590.088</u>	<u>(8.583)</u>	<u>(3.340)</u>

(i) Refere-se à carteira com seguro de crédito. A Sociedade detém apólice de seguro com análise e monitoramento de limites de crédito para o perfil das maiores exposições (grandes clientes).

(ii) Refere-se a vendas por cartão de crédito, cujo risco não é da Sociedade.

***Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por faixa de vencimento:***

	<b>Controladora</b>					
	<b>2021</b>			<b>2020</b>		
	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda Estimada(*)</b>	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda Estimada(*)</b>
A vencer	0,23%	560.200	(1.305)	0,04%	543.471	(243)
Vencido até 30 dias	0,37%	18.960	(71)	0,53%	12.889	(68)
Vencido até 60 dias	100%	2.148	(2.148)	100%	842	(842)
Vencido até 90 dias	100%	1.669	(1.669)	100%	627	(627)
Vencido até 180 dias	100%	3.130	(3.130)	100%	1.077	(1.077)
Vencido acima de 180 dias	100%	205	(205)	100%	428	(428)
<b>Total</b>		<b><u>586.312</u></b>	<b><u>(8.528)</u></b>		<b><u>559.334</u></b>	<b><u>(3.285)</u></b>
	<b>Consolidado</b>					
	<b>2021</b>			<b>2020</b>		
	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda Estimada(*)</b>	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda Estimada(*)</b>
A vencer	0,24%	563.976	(1.360)	0,05%	547.322	(298)
Vencido até 30 dias	0,37%	18.960	(71)	0,53%	12.889	(68)
Vencido até 60 dias	100%	2.148	(2.148)	100%	842	(842)
Vencido até 90 dias	100%	1.669	(1.669)	100%	627	(627)
Vencido até 180 dias	100%	3.130	(3.130)	100%	1.077	(1.077)
Vencido acima de 180 dias	100%	205	(205)	100%	428	(428)
<b>Total</b>		<b><u>590.088</u></b>	<b><u>(8.583)</u></b>		<b><u>563.185</u></b>	<b><u>(3.340)</u></b>

(\*) A Sociedade estima a provisão para perdas com base no saldo total da carteira (vencida e a vencer, independente do *aging*) por faixa ou *cluster* de risco dos clientes que geraram esta carteira. Para cada faixa de risco adota-se uma taxa de propensão a perda com base no modelo de crédito adotado pela Sociedade. O Contas a receber da Sociedade tem a característica de elevada diversificação de devedores, baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 39 dias. Além disso, é considerada a taxa de recuperação de créditos vencidos para cada faixa de risco. A Sociedade constituiu provisão para 100% da carteira vencida a partir de 30 dias, mesmo entendendo que possui uma taxa de recuperabilidade importante para este perfil de atraso.

Para mais informações sobre a política de risco de crédito veja nota explicativa nº 21.



## 7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias para revenda	1.001.821	838.502	1.001.821	838.502
Mercadorias em trânsito	8.312	5.372	8.312	5.372
Almoxarifado	1.193	503	1.854	859
Bonificação de fornecedores de mercadorias em estoque	(2.860)	(3.600)	(2.860)	(3.600)
Ajuste a valor de mercado e perdas na realização (*)	<u>(4.743)</u>	<u>(1.808)</u>	<u>(4.743)</u>	<u>(1.808)</u>
<b>Total</b>	<u>1.003.723</u>	<u>838.969</u>	<u>1.004.384</u>	<u>839.325</u>

(\*) O valor dos ajustes refere-se a prováveis perdas com desvalorização dos estoques e giro lento:

- a. **Giro dos estoques:** Para os itens sem giro acima de 90 dias, a Administração da Sociedade estima o valor da provisão para perdas nos estoques com base no custo médio de aquisição e considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas no curso de suas operações.
- b. **Desvalorização dos estoques:** Mensurada pela Administração da Sociedade basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de obsolescência. A Sociedade estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados ao custo registrado.

A movimentação dessas perdas é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldos no início do exercício	(1.808)	(2.887)
Adições	(4.553)	(2.453)
Baixas	<u>1.618</u>	<u>3.532</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(4.743)</u>	<u>(1.808)</u>

## 8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante:</b>				
ICMS (a)	30.007	28.158	30.020	28.173
PIS e COFINS a recuperar (b)	171.542	58.299	172.989	60.449
IRPJ e CSLL antecipados	15.183	8.659	15.247	8.716
IRPJ e CSLL anos anteriores	13.151	6.056	13.272	6.690
INSS a compensar (c)	17.301	14.560	17.709	14.667
Outros	725	934	725	934
<b>Total</b>	<b>247.909</b>	<b>116.666</b>	<b>249.962</b>	<b>119.629</b>
<b>Não circulante:</b>				
ICMS (a)	87.262	89.672	87.262	89.672
PIS e COFINS a recuperar (b)	316.266	9.103	316.266	9.103
IRPJ e CSLL a recuperar (d)	7.039	-	7.039	-
Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS (a)	(17.966)	(8.787)	(17.966)	(8.787)
<b>Total</b>	<b>392.601</b>	<b>89.988</b>	<b>392.601</b>	<b>89.988</b>

(a) **O crédito de ICMS a recuperar foi acumulado devido aos seguintes fatores:**

### Filial Uberlândia - MG

Diferença de alíquota do ICMS na entrada e na saída de mercadorias nos estabelecimentos da Sociedade, uma vez que os créditos sobre compras e transferências de mercadorias são recuperados à alíquota média de 11%, porém a alíquota média de saídas para as filiais e clientes localizadas nos Estados das regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte é de 8% (2020 – 9%).

A Administração da Sociedade retomou as negociações com fornecedores, com o objetivo de centralizar as compras para atender as regiões centro-oeste, norte e parte da região sudeste pelo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás e reduziu as transferências da Unidade de Uberlândia. Outra medida que está sendo implementada pela Administração é a redução das transferências para filiais de faturamento, passando a faturar diretamente para os clientes, aumentando a base de cálculo do imposto.

No primeiro trimestre de 2020, com a evolução da COVID-19, a Administração não tinha previsibilidade dos seus impactos nas operações da Sociedade. No entanto, a medida em que a Sociedade foi ajustando suas políticas visando mitigar os impactos sobre suas atividades, o Congresso Nacional aprovou o auxílio emergencial, proposto pelo Executivo. Em razão da Sociedade manter ótimos níveis de estoques e operar em todo o território nacional as vendas cresceram 28% em relação ao ano anterior, veja nota explicativa nº 23.

Com incremento nas vendas, o Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás, não teve capacidade de armazenagem para atender as regiões centro-oeste, norte e parte da região sudeste conforme planejado pela Administração da Sociedade para o ano de 2020. O aumento na demanda passou a ser atendido pelo Centro de Distribuição de Uberlândia/MG, gerando um aumento no saldo credor de ICMS na ordem de R\$ 22.000, acima do estimado pela Administração da Sociedade. Durante o ano de 2021, a Central de Distribuição de Hidrolândia/GO ainda continuou a ser reabastecida pela Centro de Distribuição de

Uberlândia/MG, acumulando crédito de ICMS em razão do diferencial de alíquota.

No primeiro trimestre de 2021, a Administração da Sociedade fez uma análise criteriosa em relação as dificuldades de realização do saldo credor de ICMS em função do aumento das transferências, principalmente para sua filial de Hidrolândia/GO e começou a provisionar os residuais de créditos gerados por estas operações. Neste ano o valor provisionado no resultado foi na ordem de R\$ 9.179.

A Administração da Sociedade e seus consultores legais, estão implementando as políticas anteriormente planejadas e concluiu que com estas novas medidas, o saldo credor de ICMS nas operações próprias será recuperado conforme demonstrado a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>
2022	18.836
2023	21.661
2024	24.910
2025	12.283
<b>Total</b>	<u><u>77.690</u></u>

#### **Filial Brasília - DF**

No Distrito Federal, o ICMS era recolhido de acordo com as condições destacadas na nota explicativa 16, a partir de 1º de janeiro de 2014, com as alterações ocorridas na legislação a Sociedade foi obrigada a comprovar o recolhimento integral do imposto, para depois obter o financiamento. O recolhimento desta diferença foi registrado até o mês de novembro de 2014, como impostos a recuperar, no montante de R\$19.249. Este crédito será liquidado com o saldo de ICMS a pagar no montante de R\$14.007, por ocasião da liquidação do empréstimo com o Banco BRB na ordem de R\$6.082, para o qual existe um depósito em caução de R\$1.354. A administração da Sociedade e seus consultores legais estão avaliando a possibilidade de liquidação deste empréstimo durante o exercício de 2022.

#### ***Provisão para perdas líquidas com créditos de ICMS***

Considerando que a Sociedade não tem expectativa de recebimento nem de compensação de parte dos créditos no curto e médio prazo de sua Matriz e filial localizada no Distrito Federal, a Administração vem constituindo provisão para perda para fazer face à não realização desses créditos. O saldo dessa provisão em 31 de dezembro está demonstrado abaixo, a qual corresponde a 15% do montante desses créditos.

Movimentação das perdas líquidas com crédito de ICMS:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldos no início do exercício	(8.787)	(8.787)	(8.787)	(8.787)
Perdas líquidas por não realização de créditos constituídas no exercício (*)	(9.179)	-	(9.179)	-
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<u>(17.966)</u>	<u>(8.787)</u>	<u>(17.966)</u>	<u>(8.787)</u>

(\*) Constituição de provisão para perdas referente ao aumento do diferencial de alíquota gerado nas transferências, principalmente para Centro de Distribuição de Hidrolândia/GO.

(b) **O crédito de PIS e COFINS a recuperar é originado devido aos seguintes fatores:**

***Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS***

Em maio de 2019 a Sociedade obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de Segurança foi ajuizado no ano 2008, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional de julho de 2003 até o período de fevereiro de 2017, sendo que após esta data a Sociedade passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O montante total em discussão para este processo era de R\$ 557.560, sendo R\$ 299.583 de principal e R\$ 257.911 de atualização de juros. No entanto, a Administração da Sociedade com base na opinião dos seus consultores jurídicos, após o trânsito julgado do Mandado de Segurança, ocorrido em maio de 2019, optou pela segregação do processo da seguinte forma:

- Foi solicitada a compensação administrativa do indébito fiscal, apenas dos efeitos do ICMS efetivamente pago e excluindo da base de cálculo das contribuições no montante de R\$ 101.386 na Controladora e R\$103.460 no Consolidado, (sendo R\$ 55.920 original e R\$ 45.465 atualização monetária na Controladora e R\$57.207 original e R\$46.253 atualização monetária no Consolidado) e foi habilitado pela Receita Federal do Brasil, conforme preceitua a Solução Interna de Consulta COSIT nº 13 de 2018; e
- Foi promovido um pedido separado de liquidação de sentença do direito creditório de R\$456.174, cujo saldo atualizado é de R\$471.589 do crédito remanescente que considera, para fins de mensuração, a base no valor bruto, sem exclusão de ICMS incidente nas aquisições e que será julgado pela Fazenda Pública para fins de liquidação. A Administração da Sociedade, com auxílio de seus assessores jurídicos, classificou o risco de perda do processo como remoto.

Com relação ao pedido separado de liquidação de sentença acima, a Sociedade adotou inicialmente postura conservadora em virtude do cenário da época em relação às discussões sobre o tema em outras instâncias, e aguardava o trânsito em julgado da liquidação do direito creditório.

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal.

Neste contexto, em dezembro de 2021, a Administração da Sociedade, reconheceu no resultado e no ativo a totalidade do crédito remanescente no montante de R\$ 471.589, considerando o ICMS destacado em nota fiscal, conforme acima. Além disso, após publicação da Solução Interna de Consulta COSIT nº 183 de 2021, esclareceu aos contribuintes sobre a tributação dos impostos federais, que somente serão exigidos por ocasião da entrega da primeira declaração de compensação do indébito fiscal.

A Administração da Sociedade com base nos tributos pagos nos últimos 3 anos bem como na projeção de orçamento para os próximos 5 anos estimou que o indébito fiscal será compensado como segue:

<b>Ano</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>
2022	155.324
2023	98.375
2024	113.624
2025	104.266
<b>Total</b>	<b>471.589</b>

Posteriormente a Administração da Sociedade e seus assessores legais deliberarão sobre o melhor momento para solicitar a habilitação dos créditos do PIS e COFINS perante a Receita Federal do Brasil.

#### ***Indébito PIS e COFINS ZFM***

Em julho de 2020 a Sociedade obteve decisão favorável transitada em julgado referente ao processo no qual discutia o indébito de PIS e COFINS sobre as vendas realizadas pela filial estabelecida na cidade de Manaus/AM, destinadas aos clientes estabelecidos na área da Zona Franca de Manaus (ZFM). A ação foi ajuizada em dezembro de 2019, garantindo o reconhecimento do crédito tributário referente ao período de novembro de 2014 a dezembro de 2018, no montante de R\$ 15.172 (sendo R\$ 11.611 original e R\$ 3.561 de atualização monetária). Após este período, a sociedade já vem reconhecendo em suas apurações, a não incidência de PIS e COFINS nestas operações.

A compensação dos créditos foi objeto de habilitação via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil, cujo saldo ao final de dezembro de 2021 é de R\$ 2.719 (sendo R\$ 2.346 original e R\$ 373 de atualização monetária)

#### **(c) INSS a Recuperar**

Em 2005 e 2010 a Sociedade ajuizou ação judicial, buscando a concessão de segurança para se abster do pagamento das contribuições previdenciária sobre verbas indenizatórias, auxílio doença e salário maternidade.

Em 2014 a matéria em questão foi levada a julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, em sede de recurso repetitivo e de repercussão geral, proferiram decisões definitivas pela não incidência de contribuição previdenciária sobre essas rubricas, ficando os demais tribunais vinculados à aplicação obrigatória desse posicionamento.

Embora as ações judiciais ajuizadas ainda não tenham transitado em julgado, os consultores legais da Sociedade entendem que as decisões vinculantes proferidas pelos Tribunais Superiores sobre a natureza jurídica e conseqüente tributação das verbas discutidas tornaram praticamente certa a realização dos benefícios econômicos referentes às contribuições previdenciárias. A Administração da Sociedade com base no parecer de seus consultores legais, registrou o indébito tributário relativo ao período de abril de 2005 a novembro de 2020 pelo montante de R\$ 17.709 (valor original R\$ 11.337, atualização R\$ 6.372).

#### **(d) IRPJ e CSSL a recuperar sobre juros selic**

Em agosto de 2021, a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos ajuizou ação

judicial para discutir a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os juros selic recebidos em repetições de indébitos fiscais, bem como a restituição dos valores pagos indevidamente nos últimos cinco anos.

Em setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre esses valores. A Administração da Sociedade e seus assessores legais, após avaliarem a decisão do Supremo e as orientações expedidas pelo Ibracon à luz do reconhecimento dos créditos tributários com base no Pronunciamento Contábil nº 32, optou pelo reconhecimento no balanço os efeitos do IRPJ e da CSLL sobre os juros selic pagos a maior nos últimos cinco anos, bem como os efeitos do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais gerados (vide nota explicativa nº 18)

A compensação dos créditos via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil será realizada somente após trânsito em julgado da decisão favorável proferida nos autos do processo judicial ajuizado pela Sociedade.

## 9 Partes relacionadas

### a. Controladora e controladora final

A controladora da Sociedade é a Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), sendo a controladora final a Almar Participações S.A.

### b. Transações e saldos

As transações e os saldos realizados entre a Sociedade e suas partes relacionadas referem-se a empréstimos, operações mercantis, dividendos, serviços, arrendamentos e aplicações financeiras, e ocorrem conforme acordo entre as partes. Os principais valores em 31 de dezembro são resumidos a seguir:

	Controladora									Total
	2021									
	Almart	Martins Participações	Sim Tech	Tribanco	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM NE	Outros	
<b>Saldos:</b>										
Contas-correntes	-	-	-	133	-	-	-	-	-	133
Aplicações financeiras	-	-	-	55.870	-	-	-	-	-	55.870
Contas a receber	43	12	344	407	1	411	66	57	83	1.424
Arrendamento Mercantil	-	(2.238)	-	-	-	-	-	-	-	(2.238)
Contas a pagar	-	-	-	(512)	(1.018)	(14.308)	(253)	(108)	-	(16.199)
Dividendos a receber	-	-	-	-	6.873	3.696	-	-	-	10.569
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(84.147)	(5.682)	-	-	-	-	-	-	-	(89.829)
<b>Transações:</b>										
Receitas financeiras	-	-	-	5.716	-	-	-	-	-	5.716
Depreciação de direito de uso	-	(21.987)	-	-	-	-	-	-	-	(21.987)
Juros arrendamento mercantil	-	(3.262)	-	-	-	-	-	-	-	(3.262)
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	(28.842)	(267.047)	(6.166)	(13.947)	-	(316.002)
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	-	(36)	-	-	-	-	-	(36)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>										
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(111.868)	(7.360)	-	-	-	-	-	-	-	(119.228)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.809)	(10.809)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	1.316	-	5.078	4.499	-	10.893

(\*) A Sociedade considera os dividendos como um retorno sobre os seus investimentos, e desta forma apresenta no Fluxo de Caixa como atividades de investimento

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021*

<b>Controladora</b>											
<b>2020</b>											
	<b>Almart</b>	<b>Martins Participações</b>	<b>Tribanco</b>	<b>MD Distribuição</b>	<b>MIL</b>	<b>SLIM MG</b>	<b>SLIM GO</b>	<b>SLIM SP</b>	<b>SLIM NE</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos:</b>											
Contas-correntes	-	-	956	-	-	-	-	-	-	-	956
Aplicações financeiras	-	-	80.697	-	-	-	-	-	-	-	80.697
Contas a receber	40	18	336	1	1	256	28	471	96	89	1.336
Arrendamento Mercantil	-	(1.935)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.935)
Contas a pagar	-	-	-	(86)	(1.278)	(8.602)	(379)	-	(852)	-	(11.197)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	5.078	-	4.499	-	9.577
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(58.893)	(4.302)	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.195)
<b>Transações:</b>											
Receitas financeiras	-	-	6.920	-	-	-	-	-	-	-	6.920
Depreciação de direito de uso	-	(20.446)	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.446)
Juros arrendamento mercantil	-	(4.033)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.033)
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	(24.860)	(117.318)	(28.230)	-	(51.960)	-	(222.368)
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(25)	-	-	-	-	-	-	-	(25)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>											
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(54.760)	(2.943)	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.703)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.854)	(17.854)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	6.483	1.344	-	-	229	-	8.056

(\*) A Sociedade considera os dividendos como um retorno sobre os seus investimentos, e desta forma apresenta no Fluxo de Caixa como atividades de investimento



**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021*

<b>Consolidado</b>						
<b>2021</b>						
	<b>Almart</b>	<b>Martins Participações</b>	<b>Sim Tech</b>	<b>Tribanco</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos:</b>						
Contas-correntes	-	-	-	278	-	278
Aplicações financeiras	-	-	-	106.301	-	106.301
Contas a receber	43	12	350	407	76	888
Arrendamento Mercantil	-	(2.238)	-	-	-	(2.238)
Contas a Pagar	-	-	-	(511)	-	(511)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(84.147)	(5.682)	-	-	(12.135)	(101.964)
<b>Transações:</b>						
Receitas financeiras	-	-	-	6.989	-	6.989
Depreciação de direito de uso	-	(21.987)	-	-	-	(21.987)
Juros arrendamento mercantil	-	(3.262)	-	-	-	(3.262)
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	-	(36)	-	(36)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(111.869)	(7.360)	-	-	(16.239)	(135.468)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	(10.809)	(10.809)

<b>Consolidado</b>					
<b>2020</b>					
	<b>Almart</b>	<b>Martins Participações</b>	<b>Tribanco</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos:</b>					
Contas-correntes	-	-	1.036	-	1.036
Aplicações financeiras	-	-	102.388	-	102.388
Contas a receber	40	18	336	88	482
Arrendamento Mercantil	-	(1.935)	-	-	(1.935)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(58.894)	(4.302)	-	(17.555)	(80.751)
<b>Transações:</b>					
Receitas financeiras	-	-	7.315	-	7.315
Depreciação de direito de uso	-	(20.446)	-	-	(20.446)
Juros arrendamento mercantil	-	(4.033)	-	-	(4.033)
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(25)	-	(25)

<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(54.760)	(2.943)	-	(5.310)	(63.013)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	(17.854)	(17.854)

**c. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria**

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Honorários do Conselho de Administração	5.141	3.761	5.141	3.761
Honorários da Diretoria	3.940	3.481	3.940	3.481
<b>Total</b>	9.081	7.242	9.081	7.242

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2021 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% dos lucros do exercício, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas pela Administração da Sociedade.

## 10 Investimentos

### a. Informações e movimentação dos investimentos

	Controladora										Consolidado	
	2021										2021	
Controladas	MIL	M. Veíc.	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Rede Smart	Total	Total
Participação total no capital social	99,96	99,99	99,95	99,99	99,97	99,98	99,99	94,23	99,99	99,99		
Patrimônio líquido	3.848	(6)	869	32.463	17.569	490	13.972	76	96	85		
Resultado do exercício	19.008	(10)	(61)	14.784	2.305	13	2.828	(4)	(6)	(40)		
<b>Movimentação</b>												
Saldo inicial	3.846	4	930	15.373	15.261	478	11.143	76	102	125	47.338	-
Aporte de capital	-	-	-	6.000	-	-	-	-	-	-	6.000	-
Baixa de Investimento por incorporação (i)	-	6	(869)	-	-	-	-	(72)	-	-	(935)	-
Resultado de equivalência patrimonial	18.999	(10)	(61)	14.783	2.305	13	2.827	(4)	(6)	(40)	38.806	-
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(10.809)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.809)	-
Distribuição de lucros	(8.189)	-	-	(3.694)	-	-	-	-	-	-	(11.883)	-
	<u>3.847</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.462</u>	<u>17.566</u>	<u>491</u>	<u>13.970</u>	<u>-</u>	<u>96</u>	<u>85</u>	<u>68.517</u>	<u>-</u>
<b>Outros</b>											53	53
<b>Total</b>											<b>68.570</b>	<b>53</b>

(i) Veja nota explicativa 1.a

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021*

Controladas	Controladora										Consolidado	
	MIL	M. Veíc.	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Rede Smart	Total	Total
Participação total no capital social	99,95	99,99	99,95	99,99	99,99	99,99	99,99	94,23	99,99	99,99		
Patrimônio líquido	3.848	5	931	15.375	15.264	478	11.144	80	125	103		
Resultado do exercício	16.094	(11)	(294)	(1.705)	8.651	(76)	7.667	(35)	(304)	(1)		
<b>Movimentação</b>												
Saldo inicial	10.597	15	1.224	17.078	11.688	554	7.977	109	429	-	49.671	-
Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	200	-
Resultado de equivalência patrimonial	16.086	(11)	(294)	(1.705)	8.651	(76)	7.666	(33)	(304)	(1)	29.979	-
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(17.854)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.854)	-
Passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96)	(96)	-
Distribuição de lucros	(4.983)	-	-	-	(5.078)	-	(4.500)	-	-	-	(14.561)	-
	<u>3.846</u>	<u>4</u>	<u>930</u>	<u>15.373</u>	<u>15.261</u>	<u>478</u>	<u>11.143</u>	<u>76</u>	<u>125</u>	<u>103</u>	<u>47.339</u>	<u>-</u>
<b>Outros</b>											53	54
<b>Total</b>											<u>47.392</u>	<u>54</u>

**b. Outras informações relevantes sobre os investimentos**

***MIL***

A Martins Integração Logística Ltda. foi constituída em 9 de fevereiro de 2007, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias, transporte rodoviário de cargas em geral, a armazenagem e a paletização de cargas.

***SLIM-MG***

A Martins URN - MG Distribuidora Ltda. foi constituída em 2 de janeiro de 1976, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***SLIM - GO***

A Martins URN-GO Distribuição Ltda. foi constituída em 20 de dezembro de 2013, com sede em Aparecida de Goiânia - GO, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***SLIM - Nordeste***

A Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. foi constituída em 06 de março de 2014, com sede em Jaboatão dos Guararapes - PE, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***SLIM - SP***

A Martins SP Distribuição Ltda. foi constituída em 10 de fevereiro de 2014, com sede em Ribeirão Preto - SP, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***MD Distribuição***

A MD Distribuição e Serviços Ltda. foi constituída em 19 de abril de 2016, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

***CMD-PE***

A CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. foi constituída em 03 de janeiro de 2017, com sede em Jaboatão dos Guararapes-PE, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis. A empresa foi incorporada pela Sociedade em 20 de outubro de 2021.

***Rede Smart Nacional***

A Rede Smart Nacional Serviços de Varejo Ltda. foi constituída em 11 de janeiro de 2017, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a atividade de consultoria em gestão empresarial as redes de supermercado da rede Smart.

***Martins Veículos***

A Martins Veículos Uberlândia Ltda. foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a compra, a venda e o aluguel de veículos e assemelhados, máquinas e equipamentos, novos e usados. A empresa foi incorporada pela Sociedade em 20 de outubro de 2021.

### c. Principais informações das controladas

2021										
	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	MD Distribuição	MD Rede Smart			
Ativo circulante	18.205	40.135	15.552	419	9.997	118	425			
Ativo não circulante	12.120	41.158	4.877	135	9.459	-	1			
Passivos circulante	22.426	32.108	1.009	5	1.145	11	330			
Passivos não circulante	4.051	16.722	1.851	59	4.339	22	-			
Patrimônio líquido	3.848	32.463	17.569	490	13.972	85	96			
Receita líquida	51.109	236.210	-	-	11.465	-	-			
Lucro (prejuízo) do exercício	19.008	14.784	2.305	13	2.828	(40)	(6)			

2020										
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	MD Rede Smart
Ativo circulante	17.600	5	931	14.358	18.858	831	15.239	80	154	432
Ativo não circulante	14.362	-	-	35.007	7.242	327	11.098	-	-	-
Passivos circulante	22.419	-	-	19.534	8.115	546	9.165	-	9	329
Passivos não circulante	5.695	-	-	14.456	2.721	134	6.028	-	20	-
Patrimônio líquido	3.848	5	931	15.375	15.264	478	11.144	80	125	103
Receita líquida	43.983	-	-	105.030	33.098	-	42.497	-	412	-
Lucro (prejuízo) do exercício	16.094	(11)	(294)	(1.705)	8.651	(76)	7.667	(35)	(304)	(1)

## 11 Direito de uso e arrendamento mercantil

A política contábil está apresentada na nota explicativa nº 4.m

### a. Ativo de direito de uso

Os saldos dos ativos de direito de uso estão apresentados a seguir:

Controladora							
		2021			2020		
	Prazo	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	1 a 6 anos	27.391	(21.821)	5.570	22.438	(13.643)	8.795
Edificações – Parte relacionada	5 anos	207.299	(59.352)	147.947	157.754	(37.365)	120.389
Veículos	3 a 4 anos	15.020	(11.810)	3.210	15.048	(7.815)	7.233
<b>Total</b>		<b>249.710</b>	<b>(92.983)</b>	<b>156.727</b>	<b>195.240</b>	<b>(58.823)</b>	<b>136.417</b>

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021*

Consolidado							
Prazo	2021			2020			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Edificações	1 a 6 anos	36.559	(26.101)	10.458	29.063	(17.296)	11.767
Edificações – Parte relacionada	5 anos	207.299	(59.352)	147.947	157.754	(37.365)	120.389
Veículos	3 a 4 anos	15.020	(11.810)	3.210	15.048	(7.815)	7.233
<b>Total</b>		258.878	(97.263)	161.615	201.865	(62.476)	139.389

A movimentação do direito de uso durante os anos de 2020 e 2021 foi a seguinte:

	Controladora			
	Edificações	Edificações – Parte relacionada	Veículos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	11.002	73.592	11.769	96.363
Despesa de depreciação do exercício	(7.530)	(20.446)	(3.416)	(31.392)
Adição de novos contratos	351	-	-	351
Remensuração	4.991	67.243	259	72.493
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(19)	-	(1.379)	(1.398)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	8.795	120.389	7.233	136.417
Despesa de depreciação do exercício	(8.337)	(21.987)	(4.065)	(34.389)
Adição de novos contratos	97	-	-	97
Remensuração	5.015	49.546	514	55.075
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	-	-	(473)	(473)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	5.570	147.948	3.209	156.727

	Consolidado			
	Edificações	Edificações – Parte relacionada	Veículos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	16.156	73.592	11.769	101.517
Despesa de depreciação do exercício	(10.668)	(20.446)	(3.416)	(34.530)
Adição de novos contratos	3.085	-	-	3.085
Remensuração	6.048	67.243	259	73.550
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(2.854)	-	(1.379)	(4.233)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	11.767	120.389	7.233	139.389
Despesa de depreciação do exercício	(11.092)	(21.987)	(4.065)	(37.144)
Adição de novos contratos	1.494	-	-	1.494
Remensuração	8.289	49.546	514	58.349
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	-	-	(473)	(473)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	10.458	147.948	3.209	161.615

**b. Passivo de arrendamento mercantil**

Saldos de passivos de arrendamento mercantil estão apresentados a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Arrendamentos a pagar	8.694	15.550	13.861	18.657
Arrendamentos a pagar partes relacionadas	153.381	125.180	153.381	125.180
Saldo final	<u>162.075</u>	<u>140.730</u>	<u>167.242</u>	<u>143.837</u>
Circulante	31.351	30.526	33.487	31.915
Não circulante	130.724	110.204	133.755	111.922
Saldo final	<u>162.075</u>	<u>140.730</u>	<u>167.242</u>	<u>143.837</u>

A movimentação do passivo de arrendamento durante os anos de 2020 e 2021 foi a seguinte:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Em 31 de dezembro de 2019	100.086	105.470
Remensuração de contratos	71.097	69.317
Adição de novos contratos	351	3.085
Pagamento de principal	(31.099)	(34.331)
Pagamento de juros	(4.141)	(4.226)
Juros provisionados	4.436	4.522
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>140.730</u>	<u>143.837</u>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	140.730	143.837
Remensuração de contratos	54.603	57.876
Adição de novos contratos	96	1.494
Pagamento de principal	(33.589)	(36.231)
Pagamento de juros	(3.935)	(4.193)
Juros provisionados	4.170	4.459
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>162.075</u>	<u>167.242</u>

Cronograma de liquidação da obrigação para o passivo de arrendamento:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2022	31.351	33.487
2023	30.464	31.750
2024	27.340	28.411
2025	33.834	34.640
Acima de 2026	39.086	38.954
Total	<u>162.075</u>	<u>167.242</u>



## 12 Imobilizado

<b>Controladora</b>							
<b>2021</b>							
	Taxa (i) - %	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	3,88	9.921	(7.656)	2.265	9.602	(7.345)	2.257
Benfeitorias em propriedade de terceiros	19,67	9.977	(7.408)	2.569	8.994	(6.436)	2.558
Máquinas e equipamentos	12,71	84.953	(52.810)	32.143	76.609	(50.788)	25.821
Equipamentos de informática	29,38	47.078	(35.806)	11.272	50.385	(36.309)	14.076
Veículos de transporte e apoio	12,00	26.719	(26.219)	500	29.366	(27.893)	1.473
Móveis e utensílios	18,21	5.164	(4.666)	498	5.337	(4.659)	678
Outros	14,62	34.729	(23.291)	11.438	27.169	(20.523)	6.646
Imobilizado em andamento (ii)	-	274	-	274	196	-	196
<b>Total</b>		<b>218.943</b>	<b>(157.856)</b>	<b>61.087</b>	<b>207.786</b>	<b>(153.953)</b>	<b>53.833</b>

<b>Consolidado</b>							
<b>2021</b>							
	Taxa (i) - %	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	3,88	9.921	(7.656)	2.265	9.602	(7.345)	2.257
Benfeitorias em propriedade de terceiros	19,67	11.022	(7.932)	3.090	9.735	(6.709)	3.026
Máquinas e equipamentos	12,71	86.236	(53.205)	33.031	77.294	(51.271)	26.023
Equipamentos de informática	29,38	47.373	(35.859)	11.514	50.426	(36.342)	14.084
Veículos de transporte e apoio	12,00	126.210	(66.536)	59.674	127.425	(62.560)	64.865
Móveis e utensílios	18,21	5.226	(4.691)	535	5.407	(4.715)	692
Outros	14,62	35.312	(23.376)	11.936	27.317	(20.550)	6.767
Imobilizado em andamento (ii)	-	274	-	274	335	-	335
<b>Total</b>		<b>321.702</b>	<b>(199.255)</b>	<b>122.447</b>	<b>307.669</b>	<b>(189.492)</b>	<b>118.177</b>

(i) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(ii) Referem-se a adiantamento a fornecedores para aquisição futura de equipamentos.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

<b>Controladora</b>						
	Saldo líquido em 31/12/20	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/21
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.257	319	-	(311)	-	2.265
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.558	982	-	(973)	2	2.569
Máquinas e equipamentos	25.821	14.206	(2.152)	(6.363)	631	32.143
Equipamentos de informática	14.076	6.182	(3.226)	(5.870)	110	11.272
Veículos de transporte e apoio(i)	1.473	2.246	(3.017)	(202)	-	500
Móveis e utensílios	678	143	(88)	(235)	-	498
Outros	6.646	7.131	-	(2.339)	-	11.438
Imobilizado em andamento	196	821	-	-	(743)	274
<b>Total</b>	<b>53.833</b>	<b>32.030</b>	<b>(8.483)</b>	<b>(16.293)</b>	<b>-</b>	<b>61.087</b>

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021*

**Controladora**

	<b>Saldo líquido em 31/12/19</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/20</b>
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.550	14	-	(307)	-	2.257
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.015	1.324	-	(781)	-	2.558
Máquinas e equipamentos	21.348	7.397	(272)	(5.154)	2.502	25.821
Equipamentos de informática	6.109	12.448	(24)	(4.461)	4	14.076
Veículos de transporte e apoio(i)	1.063	1.102	(355)	(337)	-	1.473
Móveis e utensílios	874	125	(9)	(312)	-	678
Outros	4.569	3.288	-	(1.211)	-	6.646
Imobilizado em andamento	73	2.629	-	-	(2.506)	196
<b>Total</b>	<b>38.729</b>	<b>28.327</b>	<b>(660)</b>	<b>(12.563)</b>	<b>-</b>	<b>53.833</b>

**Consolidado**

	<b>Saldo líquido em 31/12/20</b>	<b>Adições Arrend. Mercantil</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/21</b>
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.257	319	-	(311)	-	2.265
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.026	1.321	(20)	(1.239)	2	3.090
Máquinas e equipamentos	26.023	15.029	(2.242)	(6.410)	631	33.031
Equipamentos de informática	14.084	6.488	(3.247)	(5.921)	110	11.514
Veículos de transporte e apoio (*)	64.865	3.379	6.909	(4.715)	(10.945)	59.674
Móveis e utensílios	692	177	(93)	(241)	-	535
Outros	6.767	7.564	-	(2.395)	-	11.936
Imobilizado em andamento	335	863	-	-	(924)	274
<b>Total</b>	<b>118.177</b>	<b>35.140</b>	<b>6.909</b>	<b>(10.317)</b>	<b>(27.462)</b>	<b>122.447</b>

(\*) As baixas referem-se ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos.

**Consolidado**

	<b>Saldo líquido em 31/12/19</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/20</b>
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.550	14	-	(307)	-	2.257
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.344	1.630	(5)	(943)	-	3.026
Máquinas e equipamentos	21.527	7.500	(341)	(5.197)	2.534	26.023
Equipamentos de informática	6.117	12.528	(103)	(4.462)	4	14.084
Veículos de transporte e apoio (*)	76.410	6.486	(6.195)	(11.986)	150	64.865
Móveis e utensílios	893	128	(9)	(320)	-	692
Outros	4.660	3.338	-	(1.231)	-	6.767
Imobilizado em andamento	128	2.895	-	-	(2.688)	335
<b>Total</b>	<b>114.757</b>	<b>34.519</b>	<b>(6.653)</b>	<b>(24.446)</b>	<b>-</b>	<b>118.177</b>

(\*) As baixas referem-se ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos

**a. Revisão e ajuste da vida útil estimada**

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**b. Provisão para redução ao valor recuperável**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os testes não identificaram nenhuma provisão a ser reconhecida.

## 13 Intangível

	Controladora						
	2021			2020			
	Taxa (i) - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Sistema de processamento de dados	13,98	92.578	(62.584)	29.994	74.992	(58.785)	16.207
Marcas e patentes	10,25	872	(555)	317	990	(598)	392
Intangível em andamento (ii)	-	9.526	-	9.526	2.534	-	2.534
<b>Total</b>		<u>102.976</u>	<u>(63.139)</u>	<u>39.837</u>	<u>8.516</u>	<u>(59.383)</u>	<u>19.133</u>

	Consolidado						
	2021			2020			
	Taxa (i) - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Sistema de processamento de dados	13,98	92.584	(62.590)	29.994	75.004	(58.798)	16.206
Marcas e patentes	10,25	872	(555)	317	990	(598)	392
Intangível em andamento (ii)	-	9.527	-	9.527	2.534	-	2.534
<b>Total</b>		<u>102.983</u>	<u>(63.145)</u>	<u>39.838</u>	<u>78.528</u>	<u>(59.396)</u>	<u>19.132</u>

(ii) Taxa média ponderada anual de amortização.

(iii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021*

A movimentação dos saldos de ativos intangíveis é como segue:

<b>Controladora</b>							
	<b>Saldo líquido em 31/12/20</b>	<b>Provisão</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/21</b>
Sistema de processamento de dados	16.207	-	13.587	(1.220)	(5.870)	7.290	29.994
Marcas e patentes	392	-	25	(48)	(60)	8	317
Intangível em andamento	2.534	(81)	14.805	(434)	-	(7.298)	9.526
<b>Total</b>	<b>19.133</b>	<b>(81)</b>	<b>28.417</b>	<b>(1.702)</b>	<b>(5.930)</b>	<b>-</b>	<b>39.837</b>

<b>Controladora</b>						
	<b>Saldo líquido em 31/12/19</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/20</b>
Sistema de processamento de dados	11.991	7.011	-	(4.375)	1.580	16.207
Marcas e patentes	402	16	(6)	(65)	45	392
Intangível em andamento	1.725	2.529	(95)	-	(1.625)	2.534
<b>Total</b>	<b>14.118</b>	<b>9.556</b>	<b>(101)</b>	<b>(4.440)</b>	<b>-</b>	<b>19.133</b>

<b>Consolidado</b>							
	<b>Saldo líquido em 31/12/20</b>	<b>Provisão</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/21</b>
Sistema de processamento de dados	16.206	-	13.587	(1.219)	(5.870)	7.290	29.994
Marcas e patentes	392	-	25	(48)	(60)	8	317
Intangível em andamento	2.534	(81)	14.806	(434)	-	(7.298)	9.527
<b>Total</b>	<b>19.132</b>	<b>(81)</b>	<b>28.418</b>	<b>(1.701)</b>	<b>(5.930)</b>	<b>-</b>	<b>39.838</b>

<b>Consolidado</b>						
	<b>Saldo líquido em 31/12/19</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/20</b>
Sistema de processamento de dados	11.991	7.010	-	(4.375)	1.580	16.206
Marcas e patentes	402	18	(8)	(65)	45	392
Intangível em andamento	1.725	2.529	(95)	-	(1.625)	2.534
<b>Total</b>	<b>14.118</b>	<b>9.557</b>	<b>(103)</b>	<b>(4.440)</b>	<b>-</b>	<b>19.132</b>

A Sociedade esclarece que todos os seus ativos intangíveis são adquiridos de terceiros e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

Com relação ao teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment test", ver nota explicativa nº 4.i.

## 14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de mercadorias	876.133	961.132	876.133	961.132
Fornecedores de serviços e consumo	19.700	9.948	23.657	10.973
Fornecedores de serviços partes relacionadas (nota explicativa 9.b)	16.199	11.197	511	-
<b>Total</b>	912.032	982.277	900.301	972.105

## 15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização, e de debêntures não conversíveis em ações. Para mais informações sobre a exposição da Sociedade a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez desses empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 21.

	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Arrendamento mercantil (a):						
Banco Santander S.A	100% do CDI + 1,75% a.a.	30/09/24	980	1.297	12.631	16.735
Banco Bradesco S.A	100% do CDI + 3,23% a.a.	12/02/25	-	-	6.163	-
Linhas de crédito (b)						
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,19% a.a.	15/12/26	-	-	1.598	1.943
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,42% a.a.	17/11/25	-	-	4.093	5.221
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,39% a.a.	16/06/25	-	-	5.340	6.993
FCO Banco do Brasil S.A	IPCA + 1,57% a.a.	01/12/25	-	-	1.473	1.806
Banco Regional de Brasília (c)	2,43% a.a.	10/04/38	6.082	6.014	6.082	6.014
Debêntures (d)	109,32% do CDI e CDI+ 1,49% a.a.	20/09/27	338.332	200.260	338.332	200.260
<b>Total</b>			345.394	207.571	375.712	238.972
Passivo circulante			73.182	67.707	81.958	74.721
Passivo não circulante			272.212	139.864	293.754	164.251
<b>Total</b>			345.394	207.571	375.712	238.972

- (a) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.
- (b) Contratos de financiamentos firmados para aquisição de veículos, com prazos entre 5 e 6 anos, através do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, junto ao Banco do Nordeste, tendo como garantia fianças bancárias nos valores dos contratos, e FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, junto ao Banco do Brasil, tendo como garantia os respectivos bens objeto do contrato.
- (c) Banco Regional de Brasília - contrato firmado conforme as disposições do capítulo III da Lei nº 3.196, de 20 de setembro de 2003, que institui e regula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - Pró-DF II, alterada pelas Leis nº 3.273, de 31 de dezembro de 2003, e nº 3.587, de 12 de abril de 2005, complementada pela Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e em conformidade também com as disposições dos Decretos nº 24.430, de 2 de março de 2004, e nº 28.852, de 12 de março de 2008. A sociedade possui aplicação financeira no Banco de Brasília no montante de R\$ 1.354 (R\$ 1.304 em 31 de dezembro de 2020), que é objeto de garantia do financiamento do FUNDEF, a qual será resgatada na quitação do mesmo. As características do benefício e as condições de utilização estão destacadas na nota explicativa nº 16.a).

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas

controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras. As demais cláusulas restritivas não financeiras estão sendo cumpridas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(d) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02 de setembro de 2021, os acionistas da Sociedade autorizaram a Administração a promover a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (“clean”), em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Sociedade.

No dia 20 de setembro de 2021, foram emitidas o total de 200.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 1.000, com subscrição integral no valor total de R\$ 200.000, com prazo de vigência de 6 (seis) anos, contados da data de emissão, vencimento em 20 de setembro de 2027.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão e serão devidas sempre no dia 20 dos meses de março e setembro de cada ano.

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam as seguintes informações adicionais:

<b>Emissões</b>	<b>Garantia</b>	<b>Principal R\$</b>	<b>Data emissão</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Taxa anual de juros %</b>
1ª emissão série única	(*)	200.000	04/10/2018	04/10/2023	109,32% do CDI
2ª emissão série única	(“Clean”)	200.000	20/09/2021	20/09/2027	100% do CDI + 1,49% a.a.

(\*) A garantia real foi devidamente constituída, mediante o registro do contrato de cessão fiduciária dos recebíveis da Sociedade até o limite do saldo devedor das debêntures

O saldo de debêntures registradas no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<b>Data amortização</b>	<b>Valor das parcelas</b>
04/10/2023	66.667
20/09/2025	66.667
20/09/2026	66.667
20/09/2027	66.667
	266.667

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas (“covenants”), contemplando cláusulas financeiras e não financeiras.

As cláusulas financeiras requerem da Sociedade a manutenção determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, sendo “Índices Financeiros” entendidos como Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5.

A definição de “Dívida Líquida” e “EBITDA, são as seguintes:

- Dívida líquida - soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional, registrados no passivo circulante e não circulante, diminuído pelo caixa e equivalentes de caixa, e
- EBITDA - lucro ou prejuízo líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, acrescido de despesas de depreciação e amortização, e o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 meses.

Os recursos obtidos por meio desta Emissão, serão destinados a gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, alongamento e substituição de dívidas com tal finalidade e realização de investimentos em geral, sempre dentro do objeto social.

A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	2021	2020
<b>Saldo inicial</b>	200.260	201.553
Emissão de debêntures	200.000	-
Encargos financeiros	12.238	6.032
Amortização de debêntures	(66.666)	-
Pagamento de juros	(6.557)	(7.586)
Custo emissão debêntures	(1.265)	-
Amortização de custo	322	261
<b>Total</b>	<u>338.332</u>	<u>200.260</u>
Circulante	72.859	67.387
Não circulante	<u>265.473</u>	<u>132.873</u>
<b>Total</b>	<u>338.332</u>	<u>200.260</u>

(\*) os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados no mesmo prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

### **Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>207.571</b>	<b>209.051</b>	<b>238.972</b>	<b>247.773</b>
Emissão de debêntures	200.000	-	200.000	-
Captação de empréstimos	-	115.000	-	115.000
Captação de arrendamentos mercantil (i)	-	-	6.909	-
Pagamento de principal	(66.979)	(115.266)	(74.900)	(122.904)
Pagamento de juros	(6.652)	(11.612)	(9.083)	(13.191)
Juros provisionados (ii)	159	4.105	2.519	6.001
Encargos financeiros e amortização de custo debêntures	12.560	6.293	12.560	6.293
Custo emissão debêntures	(1.265)	-	(1.265)	-
<b>Saldo Final</b>	<u><b>345.394</b></u>	<u><b>207.571</b></u>	<u><b>375.712</b></u>	<u><b>238.972</b></u>

- (i) Conforme determinado item 44 do CPC 03, as aquisições de ativos por meio de arrendamento mercantil não compõe a atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (ii) Os juros provisionados foram apresentados no fluxo de caixa como “Juros e variações monetárias líquidos” em que foram somados às variações monetárias e juros de transações não relacionadas à empréstimos.

## 16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS (a)	49.465	39.403	50.748	40.405
ICMS parcelado (b)	3.618	1.285	3.618	1.285
IRRF	3.039	3.202	3.181	3.286
PIS e COFINS	-	-	1.420	1.115
PIS e COFINS Diferidos (c)	10.599	-	10.599	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	147	170	269	305
Outros impostos, taxas e contribuições	1.140	1.190	1.763	1.697
<b>Total</b>	<b>68.008</b>	<b>45.250</b>	<b>71.598</b>	<b>48.093</b>
Circulante	35.839	30.831	39.429	33.674
Não circulante	32.169	14.419	32.169	14.419
<b>Total</b>	<b>68.008</b>	<b>45.250</b>	<b>71.598</b>	<b>48.093</b>

(a) **ICMS a pagar**

A Sociedade gozava de incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal, os quais foram concedidos pela Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal e consistiam na redução de 70% do referido imposto, não podendo ultrapassar 25% do faturamento mensal da Sociedade.

Estes incentivos fiscais de ICMS foram revogados pelo Distrito Federal e vigoraram até dezembro de 2013. Existe um saldo de ICMS a financiar registrado nas Demonstrações Financeiras de 2019 no montante de R\$ 14.007 relativo ao ano de 2013 e 2014, que ainda goza do direito dos incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal. Em 30 de junho de 2018, a Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal autorizou o Banco de Brasília -BRB a financiar o saldo de ICMS relativos aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2013, no montante de R\$ 881, cumprindo assim os termos do Regime Especial.

(b) **ICMS parcelado**

Em 05 de dezembro de 2017, a Administração da Sociedade obteve junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, Termo de Acordo de Parcelamento de ICMS, objeto de autuação anteriormente lavrado, relativo a diferenças de base de cálculo entre o preço de transferência e o preço praticado internamente. O parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, as quais estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia - Selic.

(c) **PIS e COFINS Diferidos**

Em dezembro de 2021, a Administração da Sociedade, reconheceu no resultado a totalidade do crédito remanescente do indébito fiscal do Pis e da Cofins (valor principal R\$ 243.663 e juros selic R\$ 227.926). Pela legislação fiscal vigente os juros selic são considerados como receita financeira, com a incidência das contribuições para o Pis e a Cofins à alíquota de 4,65%. No entanto, a Solução Interna de Consulta COSIT nº 183 de 2021, esclareceu aos contribuintes que a tributação dos impostos federais, somente serão exigidos por ocasião da entrega da primeira declaração de compensação do indébito fiscal (vide nota explicativa nº 8.b).



## 17 Salários, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Férias	22.099	19.972	26.266	23.914
Provisão para participação nos resultados	18.263	31.842	19.687	32.779
FGTS a recolher	1.356	1.239	1.699	1.518
INSS a recolher	7.877	7.841	8.579	8.403
Outros	689	3.946	887	4.308
<b>Total</b>	<b>50.284</b>	<b>64.840</b>	<b>57.118</b>	<b>70.922</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo não circulante:</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (i)	14.628	3.883	14.628	3.883
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.391	11.867	14.391	11.867
Perdas com créditos de ICMS	6.108	2.988	6.108	2.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.899	1.117	2.899	1.117
Provisão para perdas com créditos diversos	730	687	730	687
Perdas e desvalorização dos estoques	1.613	615	1.613	615
Provisão para participação nos resultados	8.314	10.826	8.314	10.826
Provisão para despesas operacionais diversas	22.501	14.251	22.501	14.251
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14 (ii)	2.641	2.288	2.641	2.288
Tributos com Exigibilidade Suspensa	6.059	-	6.059	-
Efeito venda CIF não performada	3.710	4.254	3.710	4.254
Efeito devoluções estimada sobre vendas	738	638	738	638
Efeito Ajustes AVP Contas a Pagar e Receber	83	111	83	111
<b>Total</b>	<b>84.415</b>	<b>53.525</b>	<b>84.415</b>	<b>53.525</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social era no montante de R\$ 12.138 e R\$ 8.935 (R\$ 12.266 e R\$ 9.068 em 2020), respectivamente, na Sociedade, e de R\$ 31.783 e R\$ 28.581 (R\$ 34.995 e R\$ 31.797 em 2020), respectivamente, no Consolidado. No entanto, com o recálculo do IRPJ e CSSL dos últimos cinco anos, refletindo na base fiscal dos tributos a exclusão das receitas de juros selic sobre indébito tributário, o saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social passou a ser de R\$ 43.871 e R\$ 40.668, na Sociedade e de R\$ 63.517 e R\$ 60.314, no Consolidado (vide nota explicativa nº 8.d).
- (ii) Os valores apresentados referem-se às diferenças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e alterações introduzidas pela Lei 12.973/14 apuradas pelas estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível.

Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Sociedade apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>
2022	20.203
2023	23.768
2024	27.329
2025	13.115
<b>Total</b>	<b>84.415</b>

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos dez anos de lucros tributáveis. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira. A Administração da Sociedade não constituiu IRPJ diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSLL gerados por suas controladas, no montante de R\$ 4.912 e R\$ 1.768 em 2021 (R\$ 5.682 e R\$ 2.045 em 2020) em razão da não expectativa de lucros tributáveis no montante suficiente para compensação dos prejuízos fiscais.

**b. Movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos Ativo e Passivo**

	<b>2019</b>	<b>Debitado (creditado) à demonstração do resultado</b>	<b>2020</b>	<b>Debitado (creditado) à demonstração do resultado</b>	<b>2021</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	17.702	(13.819)	3.883	10.745	14.628
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.375	(508)	11.867	2.524	14.391
Perdas com créditos de ICMS	2.988	-	2.988	3.120	6.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	427	690	1.117	1.782	2.899
Provisão para perdas com créditos diversos	1.086	(399)	687	43	730
Perdas e desvalorização dos estoques	982	(367)	615	998	1.613
Provisão para participação nos resultados	-	10.826	10.826	(2.512)	8.314
Provisão para despesas operacionais diversas	5.791	8.460	14.251	8.250	22.501
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	2.197	91	2.288	353	2.641
Tributos com Exigibilidade Suspensa	-	-	-	6.059	6.059
Efeito venda CIF não performada	2.490	1.764	4.254	(544)	3.710
Efeito devoluções estimada sobre vendas	366	272	638	100	738
Efeito Ajustes AVP Contas a Pagar e Receber	53	58	111	(28)	83
<b>Total de ativo</b>	<b>46.457</b>	<b>7.068</b>	<b>53.525</b>	<b>30.890</b>	<b>79.287</b>
IRPJ e CSLL diferidos, passivo (*)	-	-	-	(79.242)	(79.242)
<b>Total de Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(79.242)</b>	<b>(79.242)</b>

(\*) IRPJ e CSLL diferidos sobre crédito de Pis e Cofins a recuperar, exclusão de ICMS da base de cálculo das contribuições (vide nota explicativa nº 8.b)

### c. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	606.181	256.973	617.522	267.239
Aliquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(206.102)	(87.371)	(209.957)	(90.861)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Efeitos dos lucros das empresas com base no lucro presumido (*)	-	-	7.925	6.692
Imposto de renda pago com base nas empresas de lucro presumido	-	-	(4.291)	(3.577)
Equivalência patrimonial	13.194	10.193	-	-
Efeito da dedução dos juros sobre o capital próprio	8.623	7.650	8.623	7.650
Despesas indedutíveis	(2.057)	(251)	(2.005)	1.250
Depreciação, juros e pagamentos arrendamento mercantil	(284)	(421)	591	(933)
Subvenções para Investimento	48.286	49.368	48.286	49.368
Prejuízo fiscal e base negativa	10.789	-	11.503	(1.110)
Juros sobre Indêbitos Tributários	84.777	-	84.778	-
Outros	1.386	(2.759)	1.828	(2.329)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(41.388)</u>	<u>(23.591)</u>	<u>(52.719)</u>	<u>(33.850)</u>
Correntes	6.964	(30.659)	(4.367)	(40.918)
Diferidos	(48.352)	7.068	(48.352)	7.068
<b>Total</b>	<u>(41.388)</u>	<u>(23.591)</u>	<u>(52.719)</u>	<u>(33.850)</u>
Taxa efetiva	<u>(6,8%)</u>	<u>(9,2%)</u>	<u>(8,5%)</u>	<u>(12,7%)</u>

(\*) A controlada MIL apurou o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido em 2021 e 2020, aplicando sobre o seu faturamento a taxa efetiva de 11% e 8% em ambos períodos.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

## 19 Provisões para contingências

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

### a. Provisões para perdas prováveis por tipo de risco

*Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.*  
*Demonstrações financeiras individuais e*  
*consolidadas referentes ao exercício*  
*findo em 31 de dezembro de 2021*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributários	311	6.374	457	6.889
Cíveis	34.341	16.502	34.341	16.502
Trabalhistas	7.675	12.027	9.999	14.462
<b>Total</b>	<u>42.327</u>	<u>34.903</u>	<u>44.797</u>	<u>37.853</u>

**b. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

	Controladora					2021
	2020	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	6.374	189	(5.115)	(1.168)	31	311
Cíveis	16.502	7.076	-	(1.843)	12.606	34.341
Trabalhistas	12.027	958	(559)	(5.644)	893	7.675
<b>Total não circulante</b>	<u>34.903</u>	<u>8.223</u>	<u>(5.674)</u>	<u>(8.655)</u>	<u>13.530</u>	<u>42.327</u>

	Controladora					2020
	2019	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	4.645	4.125	(2.182)	(338)	124	6.374
Cíveis	15.152	674	-	(1.280)	1.956	16.502
Trabalhistas	16.599	1.070	(860)	(6.152)	1.370	12.027
<b>Total não circulante</b>	<u>36.396</u>	<u>5.869</u>	<u>(3.042)</u>	<u>(7.770)</u>	<u>3.450</u>	<u>34.903</u>

	Consolidado					2021
	2020	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	6.889	189	(5.074)	(1.581)	34	457
Cíveis	16.502	7.092	-	(1.858)	12.605	34.341
Trabalhistas	14.462	2.003	(980)	(6.624)	1.138	9.999
<b>Total não circulante</b>	<u>37.853</u>	<u>9.284</u>	<u>(6.054)</u>	<u>(10.063)</u>	<u>13.777</u>	<u>44.797</u>

	Consolidado					2020
	2019	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	5.139	4.148	(2.182)	(351)	135	6.889
Cíveis	15.152	687	-	(1.293)	1.956	16.502
Trabalhistas	19.293	1.895	(1.533)	(6.813)	1.620	14.462
<b>Total não circulante</b>	<u>39.584</u>	<u>6.730</u>	<u>(3.715)</u>	<u>(8.457)</u>	<u>3.711</u>	<u>37.853</u>

**c. Natureza dos riscos**

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Riscos tributários** - referem-se, basicamente, a ICMS, ICMS-ST, INSS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, principalmente relativos a exercícios anteriores.
  - **Riscos trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
  - **Reclamações cíveis** - as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre acidentes de trânsito, reclamações de clientes e ações indenizatórias de representantes comerciais.
- d. Ativos da Sociedade e de suas controladas relacionados aos depósitos judiciais**  
 Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Processos cíveis	343	261	343	261
Processos trabalhistas	2.850	4.773	4.078	5.395
Processos tributários	20.554	6.888	20.696	6.888
<b>Total</b>	<b>23.747</b>	<b>11.922</b>	<b>25.117</b>	<b>12.544</b>

**e. Perdas possíveis**

A Sociedade tem ações de natureza tributária, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 181.488 (R\$ 273.664 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$167.244 de natureza tributária, R\$9.053 de natureza cível e R\$5.191 de natureza trabalhista.

***Processo ICMS - MG***

Em 28 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no montante original de R\$ 18.506 e atualizado para R\$57.431 em 2021, alegando falta de destaque de ICMS devido relativo a operações interestaduais de bonificações e redução da base de cálculo do referido imposto referente ao exercício de 2004. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para essa demanda.

***Processo PIS e COFINS***

Em 19 de março de 2019, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$64.882 e atualizado para R\$68.469 em 31 de dezembro de 2021, alegando a falta de inclusão das bonificações recebidas em mercadorias de fornecedores na base de cálculo das contribuições para efeito de recolhimento, a inclusão indevida na base de cálculo dos créditos descontados das contribuições do valor do ICMS Substituição Tributária não recuperado pela Sociedade e a insuficiência de recolhimento das contribuições sobre os descontos financeiros a títulos de reembolso de custo dos fornecedores.

O processo encontra-se na esfera administrativa, e foi classificado pela Administração como risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos.

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Sociedade, no montante de R\$ 405.135 (R\$ 124.738 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.

Em 17 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral dos Acionistas deliberou pelo aumento de Capital Social no montante de R\$ 280.397, através da capitalização do saldo de Reserva de Lucros de Incentivos Fiscais, sem emissão de novas ações. A Ata de Assembleia encontra-se em processo de registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

### **b. Reserva legal e de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída Reserva Legal no montante de R\$ 28.240 como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, totalizando desta forma, um saldo de R\$ 53.187.

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### **c. Reserva de Lucros – Subvenção para investimento**

A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de Reservas de Lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art.195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tal reserva poderá ser somente utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos desde que já totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucro, com exceção da Reserva Legal, conforme preceitua o art. 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014. As subvenções não poderão ser distribuídas aos acionistas por meio de dividendos ou para restituição de capital.

Em dezembro de 2021, foi constituída reserva de incentivos fiscais, relativo a subvenções governamentais para investimentos auferidas no exercício social, no valor total de R\$ 142.018 (R\$ 145.199 em 2020) com a destinação de parte do lucro líquido apurado no exercício social

findo em dezembro de 2021. Tal montante foi contabilizado como reserva de subvenção para investimento e excluído da apuração do Lucro Real dos respectivos períodos de apuração.

**d. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Sociedade aprovou em 2021 e em 2020 a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, pelo seu valor líquido do IRRF. O montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 25.361 foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2021, como distribuição de dividendos a débito do patrimônio líquido, e em atendimento à legislação fiscal, foi excluído da apuração do Lucro Real.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	564.793	233.382
(-) Reserva Legal	(28.240)	-
(-) Reserva de lucros subvenções para investimento do exercício	(142.018)	(145.199)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	394.535	88.183
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	98.633	22.046
 <b>O dividendo proposto tem a seguinte composição:</b>		
Juros sobre o capital próprio	25.361	22.500
Dividendos propostos	73.272	-
	98.633	22.500
 <b>Movimentação de dividendos a pagar:</b>		
Saldo inicial	63.195	3.400
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(119.228)	(57.703)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	98.633	22.500
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(3.804)	(3.375)
Dividendos de exercícios anteriores aprovados pela assembleia	51.033	98.373
Saldo final	89.829	63.195

**e. Participação não controladora**

**Consolidado**

	2021	2020
<b>Saldos no início do exercício</b>	11	15
Participação dos não controladores no lucro do exercício	10	7
Alteração de participação de não controladores	(14)	(11)
<b>Saldos no fim do exercício</b>	7	11

## 21 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

#### *Ativos consolidados*

31 de dezembro de 2021		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	203.955	-	203.955	203.955
Contas a receber	6	581.505	-	577.732	577.732
Depósitos judiciais	19.d	25.117	-	25.117	25.117
<b>Total</b>		<b>810.577</b>	-	<b>806.804</b>	<b>806.804</b>

31 de dezembro de 2020		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	284.012	-	284.012	284.012
Contas a receber	6	559.845	-	558.974	558.974
Depósitos judiciais	19.d	12.544	-	12.544	12.544
<b>Total</b>		<b>856.401</b>	-	<b>855.530</b>	<b>855.530</b>

#### *Passivos consolidados*



31 de dezembro de 2021		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	37.380	-	39.350	39.350
Fornecedores	14	900.301	-	893.123	893.123
Debêntures	15	338.332	-	403.073	403.073
<b>Total</b>		<b>1.276.013</b>	<b>-</b>	<b>1.335.546</b>	<b>1.335.546</b>
31 de dezembro de 2020		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	38.712	-	40.701	40.701
Fornecedores	14	972.105	-	970.474	970.474
Debêntures	15	200.260	-	212.313	212.313
<b>Total</b>		<b>1.211.077</b>	<b>-</b>	<b>1.223.488</b>	<b>1.223.488</b>

**b. Mensuração do valor justo**

***Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis***

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 4 (h).

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não-observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>	Técnica de comparação de mercado / fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustado por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável
<b>Outros passivos financeiros</b>	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto (taxas de Mercado divulgadas por fontes externas - BM&F Bovespa e AE Broadcast) ajusta ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

**c. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**c.1 Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Sociedade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Sociedade, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Sociedade está exposto. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

**c.2 Gestão do risco de capital**

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, para atender aos pequeno e médio varejos, e maximizar os recursos para prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em suas operações.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(345.394)	(207.571)	(375.712)	(238.972)
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	<u>144.766</u>	<u>242.293</u>	<u>203.955</u>	<u>284.012</u>
(Dívida líquida) Caixa líquido	<u>(200.628)</u>	<u>34.722</u>	<u>(171.757)</u>	<u>45.040</u>
Patrimônio líquido	1.039.691	624.564	1.039.698	624.575
Alavancagem	(19,3%)	5,6%	(16,5%)	7,2%

### **c.3 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	<u>(5.243)</u>	<u>(2.028)</u>	<u>(5.243)</u>	<u>(1.442)</u>

#### *Contas a receber*

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Sociedade apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A Sociedade adota um modelo de crédito considerando variáveis comportamentais internas e externas do cliente. Há atribuição de riscos distintos para os diversos perfis de clientes que envolvem diversas variáveis e pesos como: segmento de negócio, tempo de fundação, região geográfica, perfil comportamental de pagamentos, informações restritivas de mercado e comportamento dos sócios. O perfil de risco da carteira é extremamente pulverizado e baixa concentração de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação conforme política de alçadas estabelecida. A Sociedade possui uma carteira de recebíveis na qual 86% dos clientes transacionam em média a mais de 4 anos, sendo que esses clientes não apresentaram riscos de

recuperação judicial ou perdas no encerramento do exercício. A Sociedade monitora mensalmente o risco de crédito, e os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoas físicas e jurídicas, atividades, localização, histórico e existência de dificuldades financeiras em períodos anteriores.

A Sociedade não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, exceto, quando há uma exposição mais relevante. Para estes casos adota-se Termo de Fiança dos sócios ou mesmo seguro de crédito. A Sociedade não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida em razão da garantia.

A análise da exposição da Sociedade ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 6.

#### **Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos**

A Sociedade aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis em bureaus de crédito e órgãos especializados, por exemplo) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como Serasa Experian.

O risco de crédito é calculado por meio do uso do método de *Score* (variáveis comportamentais internas do cliente) e *Rating* (através modelagem de *Behavioral e Application*, obtendo-se variáveis comportamentais externas do cliente) e baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos dezessete anos.

As informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por faixa de vencimento, bem como a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

A Sociedade e suas controladas detinham ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 203.955 em 31 de dezembro de 2021 (2020: R\$ 284.012). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

A Sociedade considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

#### **c.4 Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. Em dezembro de 2021 a Companhia assegurou contratação de linha compromissada junto ao Banco do Brasil para compor a estratégia de liquidez no montante de R\$ 150.000 (R\$ 100.000 em 31/12/2020) com prazo de vencimento em 12 meses. Além disso, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2021 linhas de conta garantida contratadas junto às instituições financeiras parceiras no montante total de R\$ 67.000 (R\$ 27.000 em 31/12/2020).

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5). Além disso, a política de gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas, a manutenção de planos de financiamento de dívida e alocação equilibrada do caixa em bancos parceiros de primeira linha.

Os vencimentos dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2038	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.819	105.212	33.292	93.997	83.055	74.946	6.082	<b>503.403</b>
Fornecedores	900.301	-	-	-	-	-	-	<b>900.301</b>

Adicionalmente, a Sociedade possui fianças bancárias no montante total de R\$ 27.667 obtidas para fazer face a regimes especiais de recolhimento de ICMS, e como garantia nos contratos de financiamentos firmados para aquisição de veículos através do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, junto ao Banco do Nordeste no montante de R\$17.104, sendo este o valor máximo que a Sociedade pode ser obrigada a liquidar, conforme os termos dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte.

## **c.5 Riscos de mercado**

### *Risco com taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não possuía obrigações de empréstimos em moeda estrangeira, e possuía saldo no montante de R\$2.293 (R\$1.663 em 2020) referente aquisição de mercadorias importadas.

### *Risco de taxas de juros*

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, ajustar as taxas de financiamento aos clientes para mitigar estas flutuações. Adicionalmente, a totalidade do saldo de equivalentes de caixa da Companhia é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas pós fixadas.

### **Análise de sensibilidade**

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de aumento nas taxas de juros foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3. Os efeitos esperados das despesas com juros líquidas de receitas financeiras das aplicações financeiras para os próximos 12 meses são como segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I Deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II Deterioração de 50%</b>
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(375.712)	(375.712)	(375.712)
Dívidas à taxa pré-fixada	6.082	6.082	6.082
Dívidas à taxa IPCA	12.504	12.504	12.504
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 5)	202.244	202.244	202.244
Dívida líquida sujeita à variação do CDI	(154.882)	(154.882)	(154.882)
Taxa do CDI anual em 31/12/2021	9,15%	9,15%	9,15%
Taxa do CDI futura projetada para os próximos 12 meses	11,85%	14,81%	17,78%
<b>Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do CDI:</b>			
- Conforme taxa efetiva	(14.172)	(14.172)	(14.172)
- Conforme cenários	(18.354)	(22.942)	(27.530)
Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses	(4.182)	(8.770)	(13.358)

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

No ano-calendário de 2021 e 2020, a Sociedade não realizou nenhuma operação de derivativos.

**e. Compromissos**

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Cédula de Crédito Comercial com o Banco de Brasília S.A. - BRB (vide nota explicativa nº 16)	348.338	348.338	348.338	348.338

## 22 Plano de suplementação de aposentadoria

### Plano de previdência privada

A Sociedade é co-patrocinadora da MartinsPrev, Sociedade fechada de previdência privada complementar, que tem como objetivo oferecer a seus funcionários participantes benefícios de aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

A MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadorias) e de benefício de risco (invalidez e pensão por morte). Para a aposentadoria, o patrocinador contribui com 1,83% (1,81% em 31 de dezembro de 2020) da folha de pagamento dos participantes. Para invalidez e pensão, planos custeados integralmente pelo patrocinador, a contribuição no ano 2021 equivale a 1,45% (1,56% em 31 de dezembro de 2020) da folha de pagamento dos participantes.

Até fevereiro de 2009, o patrocinador contribuía com 1,34% da folha de pagamento dos participantes para a modalidade de contribuição definida. A partir de março de 2009, o plano foi alterado e o patrocinador passou a contribuir mensalmente com um percentual que incide sobre o salário de participação do participante, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>Salário de participação - em reais -R\$ (*)</b>	<b>Contribuição normal do patrocinador - %</b>
2.233,84	0,25%
2.233,85 a 4.467,78	0,50%
4.467,79 a 6.701,64	0,75%
6.701,65 a 8.935,54	1,00%
8.935,55 a 11.169,40	2,50%
11.169,41 a 13.403,29	3,00%
13.403,30 a 17.871,06	3,50%
17.871,07 a 22.338,84	4,00%
Acima 22.338,85	5,00%

(\*) Valores praticados de dezembro de 2020 a novembro de 2021.

O passivo atuarial relacionado aos benefícios de risco (pensão por invalidez e morte) é repassado à Bradesco Vida e Previdência S.A., por meio do Convênio de Repasse de Riscos, a qual se responsabiliza pela respectiva cobertura, motivo pelo qual não há consignado nenhum passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

No ano 2021 a Sociedade contribuiu com R\$ 3.331(R\$ 3.467 em 2020).

Informações adicionais:

- O percentual de 1,45% referente aos Benefícios de Risco (Invalidez e Morte) é definido de acordo com o Artigo 16 do Regulamento do Plano.
- O reajuste dos valores das contribuições está no Artigo 24 do Regulamento do Plano.
- Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MartinsPrev no ano de 2013 constituíram déficit sobre os benefícios concedidos, sendo que as principais razões para o surgimento do déficit foram a rentabilidade obtida no investimento dos recursos garantidos dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial registrada no mesmo período, bem como as perdas em decorrência de movimentação cadastral no Plano. A quantidade de participantes que se apresentaram até fevereiro de 2009 que ainda tinha direito ao plano de benefício era irrelevante.
- De acordo com o Parecer da Avaliação Atuarial de 21 de fevereiro de 2021 referente ao exercício de 2020 foi identificada a insuficiência de patrimônio de cobertura do plano frente ao Passivo Atuarial segregada proporcionalmente entre benefícios concedidos e a conceder na proporção das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. De acordo com o previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, na ocorrência de insuficiência de cobertura da provisão matemática de benefícios concedidos, a patrocinadora deveria firmar um instrumento contratual com

garantias. Foi emitido em 27 de dezembro de 2021 registro de caução em favor de Multipensions Bradesco de titularidade da patrocinadora para garantir tal déficit equalizado em R\$ 603 (R\$ 369 em 2020).

- Adicionalmente, a patrocinadora também realizou pagamento de 12 prestações mensais referentes ao Instrumento Particular de Reconhecimento e Confissão de Dívida, após sua celebração, para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado de 2020, no valor de R\$ 60 (R\$ 30 em 2020), referente ao déficit de benefícios concedidos que corresponde a 0,06% (0,04% em 2020) da folha de salários. Tais prestações foram atualizadas mensalmente, conforme previsto no referido instrumento. O prazo remanescente para amortização desse déficit em 2020 era de 157 meses. A Multipensions Bradesco fará a avaliação atuarial referente ao exercício de 2021 em fevereiro de 2022.

## 23 Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

### a. Fluxos da receita

A Sociedade gera receita principalmente pela venda de mercadorias em geral no atacado e varejo e pela prestação de serviços de concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista. Outras fontes de receitas incluem receita de descarga, paletização e armazenagem.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de mercadorias	6.763.543	6.270.476	6.763.543	6.270.476
Receita de serviços	424.469	236.397	458.439	266.015
<b>Total da receita Bruta</b>	<b>7.188.012</b>	<b>6.506.873</b>	<b>7.221.982</b>	<b>6.536.491</b>
Impostos sobre vendas	(1.144.507)	(1.003.718)	(1.148.213)	(1.006.870)
Devoluções e abatimentos	(97.047)	(77.524)	(97.158)	(77.583)
<b>Total de receita contábil</b>	<b>5.946.458</b>	<b>5.425.631</b>	<b>5.976.611</b>	<b>5.452.038</b>

### b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Desagregação por Categorias de Produtos:</b>				
Agroveterinários	297.482	233.484	297.482	233.484
Alimentos	1.036.014	934.772	1.036.014	934.772
Bazar	344.112	294.955	344.112	294.955
Bebidas	397.742	326.141	397.742	326.141
Calçados	436.685	423.970	436.685	423.970
Eleto/Informática	971.642	998.710	971.642	998.710
Higiene/Beleza/Limpeza	1.792.651	1.531.900	1.792.651	1.531.900
Material Elétrico/Construção/Hidráulico	867.343	733.687	867.343	733.687
Telecom	518.155	688.141	518.155	688.141



**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021*

Outros	101.717	104.716	101.717	104.716
<b>Total Receita de Mercadorias</b>	<b>6.763.543</b>	<b>6.270.476</b>	<b>6.763.543</b>	<b>6.270.476</b>
<b>Desagregação das Receitas de serviços:</b>				
Serviços Smart	22.080	20.590	22.080	20.590
Serviços Logísticos	393.347	193.932	427.317	223.550
Serviços Tecnologia de gestão para comércio	3.556	19.877	3.556	19.877
Serviços e-Fácil	428	508	428	508
Serviços - B2B	5.058	1.490	5.058	1.490
<b>Total Receita de Serviços</b>	<b>424.469</b>	<b>236.397</b>	<b>458.439</b>	<b>266.015</b>
<b>Total da receita</b>	<b>7.188.012</b>	<b>6.506.873</b>	<b>7.221.982</b>	<b>6.536.491</b>

**c. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)
Venda de mercadorias	<p>A Sociedade trabalha com três canais de vendas, o presencial, comércio eletrônico e vendas digitais. Os contratos de vendas (“pedidos”) com a base de clientes são celebrados eletronicamente pelos canais de vendas. Os pedidos são processados, faturados e os títulos de cobrança são emitidos de forma escritural no momento do faturamento. O prazo médio de entrega dos produtos pode variar de 1 a 7 dias, dependendo da região. Os clientes obtêm a posse das mercadorias no momento que são entregues e aceitas nas dependências do cliente. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente em um prazo médio de 33 dias.</p> <p>Todos os contratos (“pedidos”) permitem ao cliente a devolução total ou parcial dos produtos no momento do aceite, podendo as mercadorias serem trocadas por outras ou os créditos serem abatidos nas próximas compras, para alguns contratos é permitido a devolução em dinheiro. O preço da transação é determinado pelo valor da mercadoria entregue nas dependências do cliente, sendo dessa forma o frete de vendas uma obrigação de desempenho.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para todos os contratos (“pedidos”) é permitido aos clientes devolver as mercadorias ou parte delas, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos das devoluções ocorridas em períodos anteriores. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos</p>
Venda de serviços	<p>A Sociedade obtém receitas na prestação de serviços relacionadas a sua atividade principal, tais como (i) consultoria e assessoria na gestão e organização de lojas varejistas, (ii) carga, descarga, paletização, armazenagem e transporte de mercadorias, (iii) transmissão eletrônica de dados e transações financeiras e (iv) divulgação de marcas e produtos no sites do ecommerce. O</p>	<p>A receita é reconhecida no período em que o serviço é efetivamente prestado.. A Sociedade não faz nenhum ajuste a título de vendas canceladas ou serviços recebidos, porém não prestados.</p>

<b>Tipo de produto / serviço</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)</b>
	pagamento dos títulos ocorre, normalmente a vista ou em um prazo de 30 dias. A Sociedade não devolve dinheiro de serviço efetivamente prestado.	

## 24 Natureza dos custos e das despesas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas	(4.579.445)	(4.175.141)	(4.579.445)	(4.174.806)
Custos e despesas com folha de pagamento	(268.969)	(287.296)	(324.010)	(339.810)
Comissões sobre vendas	(256.508)	(235.010)	(256.508)	(237.226)
Manutenção, armazenagem e frete	(437.226)	(338.769)	(300.245)	(221.082)
Despesas de aluguel	(17.238)	(9.792)	(18.378)	(11.028)
Acordos comerciais	(10.677)	(9.306)	(10.677)	(9.806)
Depreciação e amortização	(22.223)	(17.003)	(33.392)	(28.886)
Depreciação arrendamento mercantil	(34.390)	(31.392)	(37.143)	(34.530)
Serviços prestados por terceiros	(31.234)	(28.657)	(32.379)	(29.536)
Despesas com utilidades	(13.338)	(14.892)	(14.510)	(15.774)
Despesas com tributos	(2.338)	7.907	(48.580)	(28.242)
Despesas com propaganda e publicidade	(19.310)	(12.851)	(19.320)	(12.851)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(5.243)	(2.028)	(5.243)	(1.442)
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	(12.114)	1.079	(12.114)	1.079
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.549)	(2.827)	(3.230)	(3.015)
Outras despesas	(174.924)	(100.025)	(180.673)	(100.130)
<b>Total</b>	<b><u>(5.887.726)</u></b>	<b><u>(5.256.003)</u></b>	<b><u>(5.875.847)</u></b>	<b><u>(5.247.085)</u></b>

Representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(4.607.054)	(4.200.919)	(4.610.474)	(4.202.726)
Despesas comerciais e de distribuição	(1.136.212)	(908.345)	(1.074.645)	(861.953)
Despesas gerais e administrativas	(144.460)	(146.739)	(190.728)	(182.406)
<b>Total</b>	<b><u>(5.887.726)</u></b>	<b><u>(5.256.003)</u></b>	<b><u>(5.875.847)</u></b>	<b><u>(5.247.085)</u></b>

## 25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas:</b>				
Bonificações recebidas de fornecedores	36.857	24.503	36.857	24.503
Vendas acessórias	552	261	552	261
Aluguel	1.521	1.362	1.521	1.362
Vendas de bens do ativo imobilizado	5.398	325	14.226	6.693
Despesas e custos recuperados	1.436	1.590	1.435	1.982
Provisão (reversão) para perdas ao valor recuperável	(81)	-	(81)	-
Ressarcimento de tributos (*)	245.743	21.342	245.999	21.411
Outras receitas	523	860	523	860

*Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.*  
*Demonstrações financeiras individuais e*  
*consolidadas referentes ao exercício*  
*findo em 31 de dezembro de 2021*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Despesas:</b>				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(123)	(153)	(157)	(218)
<b>Total</b>	<b>291.826</b>	<b>50.090</b>	<b>300.875</b>	<b>56.854</b>

(\*) vide comentários notas explicativas 8.b e 16.c

## 26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas financeiras:</b>				
Juros recebidos	18.029	14.889	18.129	14.934
Ganhos com aplicações financeiras	7.588	8.407	9.361	8.972
Outras receitas	52	59	59	116
	<u>25.669</u>	<u>23.355</u>	<u>27.549</u>	<u>24.022</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros pagos	(14.718)	(10.400)	(16.747)	(12.331)
Descontos concedidos	(20)	(14)	(20)	(14)
Encargos arrendamento mercantil	(3.866)	(4.437)	(4.194)	(4.522)
Outras despesas	(7.054)	(7.492)	(7.373)	(7.833)
	<u>(25.658)</u>	<u>(22.343)</u>	<u>(28.334)</u>	<u>(24.700)</u>
<b>Variações monetárias e cambiais:</b>				
Variações monetárias e cambiais ativas (*)	230.657	10.683	230.769	10.790
Variações monetárias e cambiais passivas	(13.851)	(4.419)	(14.101)	(4.680)
	<u>216.806</u>	<u>6.264</u>	<u>216.668</u>	<u>6.110</u>
<b>Total</b>	<b>216.817</b>	<b>7.276</b>	<b>215.883</b>	<b>5.432</b>

(\*) vide comentários notas explicativas 8.b e 16.c

## **27 Informações por segmento**

A Sociedade apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Sociedade e suas controladas, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, serviços, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias e serviços comercializados. Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Sociedade e suas controladas avaliam a performance e alocam os recursos necessários de forma consolidada.

## **28 Seguros**

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<b>Ramos</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Ativos – imóveis	290.000
Lucros cessantes	84.312
Responsabilidade civil - operações, administradores e produtos	80.000
Riscos diversos - roubo	20.000
Transporte de carga - nacional e internacional	3.000

A Sociedade e suas controladas optam pela não contratação de seguros para sua frota de caminhões com valor residual de R\$ 60.558 (R\$ 66.383 em 31 de dezembro de 2020), uma vez que, com base em análises internas aprovadas pela Administração, entende que o risco de sinistro é substancialmente diluído.

\* \* \*

## **Diretoria**

Alair Martins do Nascimento - Presidente Honorário do Conselho de Administração  
João Ayres Rabello Filho - Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Rubens Batista Júnior – Diretor Geral e Diretor Financeiro

## **Contador**

Marcos Antônio de Souza  
CRC SP 154.526/O-7 “T” MG